PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026

Protocolo 2721/2026

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

Tramitação de Processo

PIÊN PREFEITURA

Processo: **2721/2026** Data: **27/03/2026 15:59** Situação: **Aguardando**

Requerente: **Secretaria de Administração e Finanças** Documento:

02

Contato: **Secretaria de Administração e Finanças - Tel: 4136321136 - administracao@pien.pr.gov.br**

Assunto: **Protocolo Geral**

Equiplano

Descrição: Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipal

Ocorrência: 1 Data: 27/03/2026 15:59:19 Previsão: 01/04/2026

De: Bernadete Maguerovski dos Santos Para: THAIS BECKER DE SOUZA

Fase/Etapa: Geral/Abertura Confirmação: não

Descrição: Abertura do processo

Bernadete Maguerovski dos Santos,

Órgão requisitante:	SECRETARIAS MUNICIPAIS
Nº requerimento:	016/2026
Data:	27/03/2026

Descrição do objeto a ser comprado/contratado: Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás, para as Secretarias Municipais, conforme especificações e quantidades estimadas no termo de referência.

Justificativa:

A licitação de gás de cozinha (GLP) e aquisição/substituição de cascos justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo e eficiente desse insumo essencial para o funcionamento das atividades institucionais.

O GLP é amplamente utilizado nas rotinas de preparo de alimentos e demais áreas que dependem diretamente desse insumo para execução dos serviços. Há grande demanda por parte da Secretaria de Educação, no preparo de merenda escolar voltada aos alunos da rede pública municipal de ensino o que é obrigação do município. A descontinuidade no fornecimento poderia comprometer a regularidade das atividades e o atendimento adequado ao público interno e externo.

Além disso, o consumo de GLP apresenta variação ao longo do ano, dificultando a previsão exata das quantidades a serem adquiridas de forma imediata. O modelo de Registro de Preços permite melhor flexibilidade e planejamento, possibilitando contratações conforme demanda real, sem necessidade de estocar material ou realizar sucessivas licitações.

No que se refere, ao quantitativo, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda.

Diante do exposto, a contratação por meio de Registro de Preços mostra-se adequada, vantajosa e alinhada aos princípios da administração pública, especialmente eficiência, economicidade e continuidade dos serviços.

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Os itens deverão ser entregues nas Sedes das Secretarias Municipais, escolas e CMEIS, conforme endereços descritos na nota de empenho.

Horários:
Das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira.

Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Em até 03 (três) dias úteis a contar do encaminhamento da Nota de Empenho.

Dotações Orçamentárias:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.001.04.122.0003.2004.449052.0000 03.001.04.122.0003.2004. 339030.0400
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-449052.0000 04.001.04.121.0004.2007-339030.0400
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-449052.0000 05.001.15.452.0005.2010-339030.0400
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	06.001.23.691.0007-2014-449052.0000 06.001.23.691.0007-2014-339030.0400
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-449052.0000 07.002.20.606.0008.2017-339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	08.001.12.361.0009.2020-449052.0000

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

	08.001.12.365.0009.2022-449052.0000 08.001.12.361.0009.2020-339030.0400 08.001.12.365.0009.2022-339030.0400
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	09.001.13.392.0010.2024-449052.0000 09.002.27.812.0011.2025-449052.0000 09.001.13.392.0010.2024-339030.0400 09.002.27.812.0011.2025-339030.0400
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.001.08.243.0013.2027-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028-449052.0000 10.002.06.182.0012.2030-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028. 339030.0400 10.001.08.243.0013.2027. 339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11.001.10.301.0014.2034-449052.0000 11.001.10.301.0014.2034-339030.0400

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL	Larissa do Carmo Honório/ CRAS Leticia Inez Schroth Gabardo
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Patrick Zanqueta Pacheco
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cláudia Knopick Lisboa
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Daiane dos Santos
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
SECRETARIA DE GOVERNO	Maikeli Senn
SECRETARIA DE SAÚDE	Marina do Carmo Stracke de Lima
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Suelen Surek
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Esdras Rya Rocha Cruz

Há licitação em curso para o objeto pretendido? **() Sim (X) Não**

SILVANA TEIXEIRA JUNG
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de aquisição/substituição de cascos, visando garantir o pleno funcionamento das atividades desenvolvidas pelas unidades/setores vinculados a Prefeitura de Piên.

O fornecimento é necessário para garantir a manutenção das atividades desenvolvidas nas unidades administrativas e educacionais do Município. A descontinuidade no fornecimento poderia comprometer a regularidade das atividades e o atendimento adequado ao público interno e externo.

Além disso, os cascos utilizados para acondicionamento do GLP demandam substituição regular devido ao desgaste natural, normas de segurança, avarias ou quando há necessidade de ampliação da capacidade operacional. Portanto, torna-se imprescindível assegurar a reposição adequada desses recipientes.

Dessa forma, a licitação busca garantir o abastecimento regular do gás de cozinha e a manutenção do estoque de cascos em condições seguras e adequadas ao uso, assegurando o funcionamento eficiente, seguro e ininterrupto dos serviços públicos.

2– ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro consumo de anos anteriores em relação a cada item.

Item	Descrição dos itens	Unidade	Qtde estimada
1	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13	Unidade	7
2	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45	Unidade	6
3	CARGA DE GÁS 13 kg	Unidade	150
4	CARGA DE GÁS de 45 kg	Unidade	330

3– ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor de R$ 395.511,55 (trezentos e noventa e cinco mil quinhentos e onze reais e cinquenta e cinco centavos), conforme estimado no Mapa em anexo.

A Lei Complementar nº 123/2006 e alterações dispõe que a licitação se dará de forma exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, quando o critério de julgamento for por item e cada item tiver valor inferior a R$80.000,00 (oitenta mil reais). Exceto se presentes as situações elencadas no art. 49, que devem ser devidamente demonstradas.

No presente caso, embora os itens referentes às recargas de gás GLP possuam valor estimado inferior ao limite legal, não há segurança quanto à existência de, no mínimo, três empresas

enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, sediadas local ou regionalmente, que atendam às condições necessárias para participação no certame.

Ressaltase que existem empresas que atuam no fornecimento do produto, porém não há confirmação de que todas se enquadrem na condição de ME ou EPP.

Dessa forma, a realização de licitação não exclusiva justifica-se para garantir a competitividade do processo e a segurança no fornecimento do produto, evitando eventual risco de desabastecimento e prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

Diante do exposto, a licitação visando o procedimento auxiliar de registro de preços de recargas de gás GLP deverá ser de ampla competição.

4– REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As recargas de gás GLP e cascos têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de tamanho, quantidade e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento dos materiais pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021:

As empresas interessadas devem, ainda, possuir autorização da ANP (Agência Nacional de Petróleo) para comercialização de Gás GLP. Todos as recargas deverão estar aprovadas e regulamentadas pela ANP ou outro órgão competente, quando aplicável. A constatação de irregularidades nos produtos será averiguada no momento da entrega, estando a empresa sujeita à substituição dos mesmos, sob risco de sofrer as penalidades cabíveis.

5– LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para a solução da necessidade administrativa, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresas especializadas em entrega de recarga de GLP, através de distribuidoras da região, conforme histórico de licitações anteriores. Além disso, podemos afirmar que em grande parte dos certames houve disputa de pelo menos duas empresas, porém o edital é amplo e oportuniza a competição a todas as empresas do ramo que desejam atender ao Município e que se enquadrem nas exigências editalícias.

6– DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

O objetivo deste ETP é proporcionar a escolha da melhor solução em termos de eficiência, eficácia e efetividade, além de economicamente viável, atendendo adequadamente às necessidades de negócio que motivaram a demanda.

O Registro de Preços possibilita maior flexibilidade na contratação, permitindo que a Administração realize as aquisições conforme a efetiva necessidade, sem a obrigatoriedade de compra imediata da totalidade dos itens registrados, evitando desperdícios, estoque desnecessário e comprometimento orçamentário antecipado.

Do ponto de vista qualitativo e econômico mostra-se viável o fornecimento parcelado conforme entrega de autorização de fornecimento. A aquisição integral apresenta desvantagens quanto ao acondicionamento dos materiais bem como impacto no fluxo do recurso financeiro.

Diante desses fatores, a escolha pela contratação de uma empresa para fornecimento direto de GLP se mostra como a melhor solução para atender às necessidades das secretarias

garantindo eficiência operacional, segurança e qualidade.

Não se vislumbra outra forma que não seja a aquisição de gás liquefeito e vasilhame, cujo fornecimento se dará por empresa do ramo e devidamente autorizada a exercer esta atividade

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6°, inciso XLI, 17, § 2°, e 34, todos da Lei Federal n° 14.133/2021.

7- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1°do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

A opção pelo parcelamento também se justifica visto que os itens não são interdependentes, podendo ser adquiridos de forma separada, ficando mais atrativo às empresas participantes.

8– DEMONSTRATIVO DOS RESULTADO PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato e ainda receber o objeto do presente Estudo Tecnico preliminar com a melhor qualidade possível, na quantidade correta e dentro do prazo desejado, para atender as secretarias solicitantes e garantir a qualidade na execução das tarefas do serviço publico municipal.

A contratação decorrente de eventual processo licitatório exigirá do contratado o cumprimento do exigido em TR e edital, que definirão a forma de execução do objeto, com o intuito de não deixar nenhum ambiente desassistido.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, todas as obrigações da Contratante e da Contratada estarão na minuta da Ata de Registro de Preços do Edital.

10– CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

As atas desse objeto estão com sua vigência até inicio de março de 2026, portanto estão no prazo final sendo necessário um novo processo.

11– IMPACTOS AMBIENTAIS DA CONTRATAÇÃO

Considerado a questão ambiental, o Gás (GLP) é uma fonte de energia mais limpa e sustentável em comparação com outras opções de combustível, contribuindo para a redução das emissões de poluentes atmosféricos e para a preservação do meio ambiente. Dito isso, não existem

medidas sustentáveis ou impactos ambientais a serem considerados nessa contratação.

12- PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

O item objeto deste, bem como o seu valor, estão previstos no Plano Anual de Contratações 2026 para todas as Secretarias Municipais.

13– VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Dessa forma, entende-se que o prosseguimento do processo, via registro de preços, é a medida mais adequada para assegurar o regular funcionamento das cozinhas existentes nas estruturas municipais.

Bernadete M dos Santos
Secretaria de Administração

SILVANA TEIXEIRA JUNG
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TERMO DE REFERÊNCIA
SÚMARIO

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Justificativa**
4. **Fonte Orçamentária**
5. **Documentos de Habilitação Técnica**
6. **Local de entrega**
7. **Recebimento e Critério de aceitação**
8. **Acompanhamento e Fiscalização**
9. **Obrigações da contratada**
10. **Obrigações da Contratante**
11. **Legislação Aplicada**
12. **Vigência**
13. **Fontes de Pesquisa**

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais, conforme especificações e quantidades estimadas:

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13	Unidade	7	R$ 205,02	R$ 1.435,16
2	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45	Unidade	6	R$ 726,63	R$ 4.359,75
3	CARGA DE GÁS 13 kg	Carga	150	R$ 124,02	R$ 18.602,70
4	CARGA DE GÁS de 45 kg	Carga	330	R$ 426,76	R$ 140.830,14

2.2. DA PROPOSTA: deve conter o valor unitário e total dos itens, marca do produto e o prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias), com telefone e e-mail para contato do fornecedor.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 165.227,75 considerando o mapa/relatório de preços.

3.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

3.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

3.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

3.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
3.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO/REGISTRO DE PREÇO sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO/POR ITEM

5. JUSTIFICATIVA

5.1. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO: A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de aquisição/substituição de cascos, visando garantir o pleno funcionamento das atividades desenvolvidas pelas unidades/setores vinculados a Prefeitura de Piên.

O fornecimento é necessário para garantir a manutenção das atividades desenvolvidas nas unidades administrativas e educacionais do Município. A descontinuidade no fornecimento poderia comprometer a regularidade das atividades e o atendimento adequado ao público interno e externo.

Além disso, os cascos utilizados para acondicionamento do GLP demandam substituição regular devido ao desgaste natural, normas de segurança, avarias ou quando há necessidade de ampliação da capacidade operacional. Portanto, torna-se imprescindível assegurar a reposição adequada desses recipientes.

Dessa forma, a licitação busca garantir o abastecimento regular do gás de cozinha e a manutenção do estoque de cascos em condições seguras e adequadas ao uso, assegurando o funcionamento eficiente, seguro e ininterrupto dos serviços públicos.

No que se refere, ao quantitativo, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda.

6. FONTE ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

6.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.001.04.122.0003.2004.449052.0000 03.001.04.122.0003.2004. 339030.0400
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-449052.0000 04.001.04.121.0004.2007-339030.0400
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-449052.0000

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

	05.001.15.452.0005.2010-339030.0400
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	06.001.23.691.0007-2014-449052.0000 06.001.23.691.0007-2014-339030.0400
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-449052.0000 07.002.20.606.0008.2017-339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	08.001.12.361.0009.2020-449052.0000 08.001.12.365.0009.2022-449052.0000 08.001.12.361.0009.2020-339030.0400 08.001.12.365.0009.2022-339030.0400
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	09.001.13.392.0010.2024-449052.0000 09.002.27.812.0011.2025-449052.0000 09.001.13.392.0010.2024-339030.0400 09.002.27.812.0011.2025-339030.0400
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.001.08.243.0013.2027-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028-449052.0000 10.002.06.182.0012.2030-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028. 339030.0400 10.001.08.243.0013.2027. 339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11.001.10.301.0014.2034-449052.0000 11.001.10.301.0014.2034-339030.0400

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos interessados em participar da presente licitação ocorrerá nos exatos termos do seu edital, inclusive com a documentação exigida abaixo:

a) Certificado da ANP atualizado;

b) Licença de operação emitida pela sede da empresa participante;

c) Certificado de vistoria emitido pelo corpo de bombeiros – atualizado;

d) Certificado de regularidade ou declaração de dispensa emitido pelo IBAMA – atualizado;

e) Alvará de localização emitido pela prefeitura municipal sede da empresa.

8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Os materiais objetos deste PREGÃO deverão ser entregues em até 03 (três) dias após o recebimento da nota de empenho diretamente nas sedes das secretarias solicitantes entre 08:00 e 11:30 e das 13:00 às 16:30, conforme os endereços abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Telefone: (41) 3632-1136
Rua: Amazonas, nº 373 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
Telefone: (41) 3632-1136
Rua: Amazonas, nº 373 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo:
Telefone: (41) 3632-1136
Rua: Amazonas, nº 373 – Centro/Piên.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Secretaria Municipal de Ação Social e Defesa Civil:
Telefone: (41) 3632-2119
CAMU: Rua Espírito Santo, nº 120 – Centro/Piên.
CRAS: Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal/Piên.
CONSELHO TUTELAR: Rua São Gonçalo, nº 94 – Centro/Piên.
DEFESA CIVIL: Rua Tocantins, nº 169 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Telefone: (41) 3632-1015
Rua: Reinaldo de Oliveira Mendes, nº 486 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Educação:
Telefone: (41) 3632-1014
Avenida Brasil, nº 81– Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer:
Telefone: (41) 3632-1457
Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes: Rua Campo Grande, nº 44 – Avencal/Piên.
Sede Cultura: Rua Amazonas, nº 256 – Centro/Piên.
Biblioteca: Rua Fortaleza, nº 512 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Saúde:
Telefone: (41) 3632-1291
Posto Central: Rua Belo Horizonte, nº 92 – Centro/Piên.
Vigilância Sanitária: Rua Bahia, nº 223 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Viação e Serviços Rodoviários:
Telefone: (41) 3632-1949
Barracão: Rua Reinaldo de Oliveira Mendes nº 542 - Centro/Piên.

ENDEREÇO DA SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DAS UNIDADES ESCOLARES.

Secretaria Municipal de Educação. Avenida Brasil Nº 81-Centro. Piên-Pr.

- Escola Alminda Antônia de Andrade - Avenida Paraná, 223 – Trigolândia.
- Escola Marciano de Carvalho - Rua Fortaleza, 532 – Centro.
- Escola de Gramados - Estrada Principal, s/n – Gramados.
- Escola Etelvina Pacheco - Estrada Principal, s/n – Campo Novo.
- Escola Prefeito Laércio B. dos Santos - Estrada Principal, s/n – Poço Frio.
- Escola Santa Isabel - Estrada Principal, s/n – Campina dos Crespins.
- Escola Frei Demétrio - Estrada Principal, s/n – Campina dos Maia.
- CMEI Raio de Sol - Estrada Belo Horizonte, nº 8149, Campina dos Maia.
- CMEI Tia Nena - Rua Diadema nº 258, Centro, Piên
- CMEI Gotinhas do Saber - Rua Goiânia, nº 994, Avencal, Piên
- CMEI Vida Nova - Rua Primeiro de Agosto, s/n, Ponte Alta, Piên
- CMEI Tio Milton - Avenida Paraná, 105, Trigolândia, Piên

8.2 Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a entregar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, mesmo que em pequena quantidade.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os materiais entregues pela licitante, deverão estar em conformidade com as especificações e composições descritas no respectivo item, os quais serão verificados no momento da entrega, bem como, devem atender a legislação vigente. Não será aceito na entrega, objeto com descrição diferente daquela constante neste edital e da proposta vencedora.
9.2. Quando da entrega dos materiais, o Município receberá provisoriamente, para efeito de posterior verificação plena de sua conformidade com a especificação do edital.
9.3. Verificada a desconformidade dos materiais entregues, ora licitados, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
9.4. A licitante entregará os materiais, ora licitados, acondicionados em suas embalagens originais, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, responsabilizando-se pela descarga destes em local indicado por servidor designado pela Administração, comprometendo-se integralmente com eventuais danos causados.
9.5. Após a verificação plena quanto ao atendimento de todas as condições legais e contratuais, e consequente aprovação, será dado o recebimento definitivo. Após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais a consequente aceitação.
9.6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais entregues pela licitante, ora licitados, conforme o caso observará o que dispõe o artigo 140 da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores
9.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato ou ata de registro deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou ata de registro, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou ata de registro, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

10.6. A execução do contrato ou ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.7. O fiscal do contrato ou ata de registro anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou ata de registro ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.2. O fiscal do contrato ou ata de registro informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.4. O fiscal do contrato ou ata de registro comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal do contrato ou ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

11.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o produto com avarias ou defeitos;

11.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

11.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta de contrato;

11.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

11.1.8. Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;

11.1.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.

11.1.10. Imediatamente após a execução dos serviços objeto desta Licitacao, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação a proposta comercial da contratada ou em relação as condições expressas neste Edital, será notificada a contratada para devidas correções.

11.1.11. E indispensável que para a prestação do serviço sejam rigorosamente observados os requisitos de pontualidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia, mantendo durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas na licitacao.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.3. Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

12.1.5. Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;

21.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.1.7. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços

13. LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O prazo de validade é de 12 (doze) meses contando de sua publicação no diário oficial podendo ser prorrogado

15. FONTES DE PESQUISA

15.1 Cotações realizadas com empresas:

- Rodrigo S. Rocha Comércio de Gás – ME – CNPJ: 14.243.686/0001-56.
- Outras Prefeituras Região
- PNCP

Elaborado em 27 de março de 2026

Bernadete M. dos Santos
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE
Dep. Licitações

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças
Decreto Municipal nº 146/2025

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

Relatório Pesquisa de Preços

1 – Requerente: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

2 – Agente Responsável pela Cotação: Bernadete M. dos Santos, matrícula 105401.

3 – Descrição do Objeto a ser contratado: Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

4 – Fontes Consultadas: A pesquisa de preços foi realizada utilizando-se dos seguintes parâmetros para a formação do preço de referência:

☒ Contratações similares, no âmbito da Administração Pública do Município de Piên, homologadas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa de preços, corrigidas pelo INPC acumulado no período;

☒ Contratações similares de outros entes públicos, homologadas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa de preços, corrigidas pelo INPC acumulado no período;

☐ Painel de Preços disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br;

☐ Consulta ao aplicativo Menor Preço, ou ainda ao site https://menorpreco.notaparana.pr.gov.br desenvolvidos pelo Governo de Estado do Paraná, devendo-se selecionar o município como cidade de pesquisa, não encontrando a região e após o estado;

☐ Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal ou Estadual, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

☐ Pesquisa de preços em sites de lojas virtuais, observando a necessidade de juntar-se ao processo a impressão da página pesquisada, contendo nome e CNPJ da empresa, a descrição do produto, o preço, bem como data e hora de acesso;

☒Pesquisa de preços realizada pelo(a) próprio(a) Secretário(a) do órgão solicitador da aquisição/contração ou servidor designado para o ato, preferencialmente via e-mail ou correspondência eletrônica, devendo constar dados da empresa consultada (nome, cnpj, endereço e telefone), nome e CPF do atendente da empresa, dentre outras informações relevantes a identificação;

☒ Pesquisa com fornecedores ou prestadores de serviços, através de no mínimo 03 (três) orçamentos, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 90 (noventa) dias, como também que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 120 (cento e vinte) dias de antecedência da data de divulgação do edital;

☐ Consulta a bancos de dados especializados se dará em razão do objeto a ser adquirido demonstrado no processo administrativo, devendo ser utilizados, dentre outros o BPS - Banco de Preços em Saúde do Ministério da Saúde, Cotação de Diária de Preços da CEASA/PR Centrais de Abastecimento do Paraná, SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, SLP - Sistema de Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

☐ Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas decorrentes de contratações públicas similares.

5 – Método Aplicado: Média

6 – Preços de Referência:

6.1 – Após análise detalhada dos preços obtidos chegou-se ao Preço de Referência de 165.227,75 considerando o mapa/relatório de preços, conforme disposto no mapa de preços.

7 – Os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados foram desconsiderados?

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO EXISTIA PREÇO A SER DESCONSIDERADO

Conforme tabela em anexo.

8 – Houve pesquisa com menos de três preços?

☐ SIM ☒ NÃO

09 - Data do início da pesquisa de preços: 23/03/2026

10 - Data de conclusão da pesquisa de preços: 26/03/2026

11 – Declaro para os devidos fins que, em atendimento ao inciso IV do art. 5.º do Decreto Municipal de n.º 314/2023, segue em anexo quadro comparativo próprio com a serie dos preços coletados.

12 – **Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 7.º do Decreto Municipal de n.º 314/2023, que os preços fixados no processo estão de acordo com os praticados no mercado.**

Elaborado em 27 de março de 2026.

BERNADETE. M DOS SANTOS
Auxiliar Administrativo
Matrícula 105401
Responsável pela Elaboração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN/PR COMPARATIVO			MAPA	RODRIGO ROCHA	Pref Rio Negro	Prefeitura de CORONEL VIVIDA	PNCP	Outras pref.	Guarapuava	TOTAL MÉDIA UNITÁRIO	Valor total
Item	Descrição dos itens	Unidade	Qtde estimada	Valor unitário	Valor unitário	Valor unitário	Valor unitário	Valor unitário	Valor unitário		
1	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13	Unidade	7	R$ 216,07			R$ 200,00	R$ 199,00		R$ 205,02	R$ 1.435,16
2	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45	Unidade	6	R$ 750,00			R$ 650,00	R$ 726,50	R$ 780,00	R$ 726,63	R$ 4.359,75
3	CARGA DE GÁS 13 kg	Unidade	150	R$ 129,05	R$ 124,49		R$ 125,00	R$ 126,55	R$ 115,00	R$ 124,02	R$ 18.602,70
4	CARGA DE GÁS de 45 kg	Unidade	330	R$ 432,46		R$ 443,00	R$ 419,90	R$ 387,50	R$ 450,93	R$ 426,76	R$ 140.830,14
											R$ 165.227,75

COTAÇÃO

Empresa: RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GÁS - ME | CNPJ: 14.243.686/0001-56
E-mail: rodrigorocha.pr@gmail.com | Contato: 41 9 99038867
Fone:41 9 99038867 | Data: 25/03/2026

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QTDE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA QUANDO FOR O CASO
01	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13	Unidade	7	R$216,07	R$1.512,49	NACIONAL
02	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45	Unidade	6	R$750,00	R$4.500	NACIONAL
03	CARGA DE GÁS 13 kg	Carga	150	R$129,05	R$19.357,50	NACIONAL
04	CARGA DE GÁS de 45 kg	Carga	350	R$432,46	R$151.361,00	NACIONAL

OBS: A cotação deverá conter o carimbo da empresa e assinatura do responsável pelo orçamento

Validade do orçamento: 60 dias

ENTREGA RAPIDA
Rocha Gás
CNPJ 14.243.686/0001-56
9903-8867 8866-842[illegible]

Rodrigo Silva Rocha

Ass: Responsável

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – nº 003

Processo nº 438 / 2025
Pregão Eletrônico nº 106/2025

Aos 27 de janeiro de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, Brasileiro(a), portador da Carteira de Identidade nº 2773957, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o número 936.249.729-87, residente nesta Cidade, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** do objeto abaixo especificado em face da classificação das propostas apresentadas pelas empresas qualificadas no processo e pregão supramencionado, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021; artigo 27 do Inciso XXI da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Municipal n.º 3274/2023, do Manual Simplificado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Rio Negro adequado à Lei Federal Lei 14.133/2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, e demais legislação aplicável e ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

BENEFICIÁRIO(A): ADENILSON AUGUSTIN, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **28.906.920/0001-92**, sediada na Rua PAPA JOAO XXIII, nº 1276, Nossa Senhora da Salete, município de União da Vitória - PR, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **ADENILSON AUGUSTIN**, Portador(a) da Carteira de Identidade nº **2776608** e do CPF/MF nº **889.975.969-34**, devidamente qualificado(a) nos autos do processo, bem como junto ao **SICAF** (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) do Governo Federal.

1 – DO OBJETO

Aquisição de Gás GLP, conforme quantidades e especificações abaixo:

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	456,00	UN	CARGA DE GÁS - PARA CILINDRO DE 13 QUILOS GLP Com Entrega Na Área Urbana	124,49	56.767,44
2	160,00	UN	CARGA DE GÁS - PARA CILINDRO DE 13 QUILOS GLP Com Entrega Na Área Rural	135,12	21.619,20

Os preços registrados correspondem aos valores unitários adjudicados, perfazendo o valor total de R$ 78.386,64 (setenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

2 - DA VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A Ata Registro de Preços terá vigência até 20/12/2026, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso e interesse da Administração Pública.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO – PR não será obrigado a firmar as aquisições/contratações que dela poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento dos itens/execução dos serviços em igualdade de condições, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

3 - DA ENTREGA E CONDIÇÕES

3.1. Conforme especificações do Edital, bem como da Proposta de Preços

3.1.1. O licitante vencedor deverá executar o objeto, livre de qualquer despesa como frete, descarga ou encargos sociais e trabalhistas, conforme documento emitido pela Secretaria solicitante, denominado "Ordem de Compra".

3.2. **Prazo de entrega**: Em até 01 (uma) hora no Perímetro Urbano e em até 24 (vinte e quatro) horas no Perímetro Rural;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 9/2026
ID. 9312896

Aos 27 de fevereiro de 2026, na sede da Administração Municipal de Cambará, localizada na Av. Brasil, nº 1.229, Centro, Cambará - PR, subscrevem a presente Ata de registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAMBARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 75.442.756/0001-90, neste ato representado pelo Sr. PREFEITO WALCIR JOAQUIM, brasileiro, casado, portador do RG nº 12.493.895-3, inscrito no CPF nº 158.794.388-30, e de outro, a empresa MF GAS EIRELI inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 13.952.327/0001-05, estabelecida na AVENIDA BRASIL, 1091 – CENTRO – Cidade de CAMBARA - PR, neste ato representado por seu(ua) sócio(a) gerente , Sr(a). MARCIA FERNANDES DE OLIVEIRA, resolvem, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações e, em conformidade com o resultado **do Pregão n.º 7/2026**, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual fornecimento dos objetos a seguir:

LOTE 1: Lote 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	90159	Gás GLP de P13 (Botijão/cota)	UND	19	R$ 195,00	R$ 3.705,00	LIQUIGAS
					TOTAL:	R$ 3.705,00	

LOTE 2: Lote 2

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	90158	Gás GLP de P45 (cilindro/cota)	UND	7	R$ 865,00	R$ 6.055,00	LIQUIGAS
					TOTAL:	R$ 6.055,00	

LOTE 3: Lote 3

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	90155	Gás GLP, acondicionado em botijão de P-13 - (reposição/recarga do líquido)	UND	366	R$ 97,50	R$ 35.685,00	LIQUIGAS
					TOTAL:	R$ 35.685,00	

LOTE 4: Lote 4

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	90154	Gás GLP,	UND	183	R$	R$	LIQUIGAS

		acondicionado em cilindro de P45 - (reposição/recarga do líquido)			387,00	70.821,00	
					TOTAL:	R$ 70.821,00	

LOTE 5: Lote 5

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	117005	Gás GLP, acondicionado em botijão de P-20 - (reposição/recarga do líquido)	UND	48	R$ 186,50	R$ 8.952,00	LIQUIGAS
					TOTAL:	R$ 8.952,00	

Valor Total de 125.218,00 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e dezoito reais).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COTA E RECARGA DE GÁS GLP P13, P20 E P45, para atender a Secretaria Municipal de Educação e outras.

Parágrafo único – Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO DE CAMBARÁ a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, a contar da assinatura.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A Contratada, ao ser registrada na Ata de Registro de Preços, deverá cumprir integralmente, sem prejuízo de outras obrigações legais, as seguintes disposições:

a) Fornecer gás GLP em botijões de 13 kg e/ou cilindros de 45 kg, conforme especificado no contrato
b) Garantir a entrega de imediato, de acordo com o pedido realizado pela Administração Pública.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2026 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026**
PROCESSO ADM Nº 16/2026

PRAZO: de 01 de abril de 2026 a 31 de março de 2027
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 206.804,00 (duzentos e seis mil oitocentos e quatro reais)

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Anderson Manique Barreto**, portador do CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa **ANDRÉ L HART – ÁGUA E GÁS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Desembargador Motta, n° 444, Sala 02, Centro, na cidade de Coronel Vivida (CEP: 85550-067), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 23.875.435/0001-85, neste ato representada pelo Sr. **André Luiz Hart,** portador do CPF sob o nº 098.003.549-05 e RG nº 10.611.478-1, a seguir denominada DETENTORA, telefone: (46) 3232-1935 e e-mail: diskaguacvv@hotmail.com, vencedora da licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, sob nº 07/2026, fundamentada a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, a Lei Complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009, a Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, ao Decreto nº 8266 de 10 de novembro de 2023 e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, CARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO E DEMAIS MATERIAIS,** de conformidade com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	1	2.500,0	Bba	848	ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONAS COM 20 LITROS.	IPUÁ	R$ 24,11	R$ 60.275,00
1	2	50,0	UN	25421	GARRAFÃO (BOMBONA) NOVO PARA ÁGUAMINERAL. CAPACIDADE NOMINAL DE 20 LITROS.MATERIAL ANTITÓXICO E INODORO CONFORME NORMA SANITARIA VIGENTE. ACOMPANHA TAMPA. VALIDADE 3 ANOS, COM DATA RECENTE, E IDENTIFICADA NO CORPO DO PRODUTO. DIMENSÃO COMPATÍVEL COM BEBEDOURO PADRÃO DE 20LITROS.	IPUÁ	R$ 31,10	R$ 1.555,00
2	1	650,0	Btj	849	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM BOTIJÕES DE 13 KG.	ULTRAGAZ	R$ 114,61	R$ 74.496,50
2	2	150,0	Cil	850	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CILINDROS DE 45 KG.	ULTRAGAZ	R$ 443,00	R$ 66.450,00
2	3	10,0	UN	4396	RECIPIENTE PARA GAS, EM ACO RESISTENTE A ALTA PRESSAO, TIPO BOTIJAO, UTILIZADO PARA GAS DE COZINHA GLP, COM CAPACIDADE PARA 13 KG, DEVENDO SER NOVO, SEM USO E COM CERTIFICACAO DO INMETRO	ULTRAGAZ	R$ 159,84	R$ 1.598,40

Assinado por 2 pessoas: ANDRE LUIZ HART e ANDERSON MANIQUE BARRETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://coronelvivida.1doc.com.br/verificacao/E912-44D1-B743-DC18 e informe o código E912-44D1-B743-DC18

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025

O **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA,** com sede na Rua Brigadeiro Rocha, 2777, Centro, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.178.037/0001-76, neste ato representado pela Diretora do Departamento de Licitações e Contratos, Sra. **ADLIMARA REGINA RUIZ** nomeada pelo DECRETO Nº 12547/2025 de 13 de maio de 2025, publicado no Boletim Oficial do Município em 13 de maio de 2025, portadora da matrícula funcional nº 165174-2, pelos Secretários Municipais Srs.(as) **RICARDO FACÓ DE ALBUQUERQUE, CELSO FERNANDO DIAS DOLIVEIRA, HELENA FRANCISCA ALVES, MAX ALEXANDRE DOS SANTOS, RAFAEL DARLAN MARKUS, ROSSANA CAMPELLO MANFREDINI, JULIO CEZAR PACHECO AGNER, JOSÉ VALDIR KUKELCIK, JOHANN ZUBER JUNIOR, LUCIANO CROTTI, GUSTAVO HENRIQUE PEDROSA, HERALDO CORREIA DE LIMA, THIAGO LIMPER PFANN, LAURA MARIA IATSKIU VASCONCELOS, GUSTAVO ANTONIO FERREIRA, LUIZ AUGUSTO KLOSOWSKI, PÉRICLES DE MATOS, ROSÂNGELA VIRMOND, TATIANE NEZI**, pela Controladora Interna Sra. **LIANE MARIA MENDES** e pelo diretor do **PROCON Sr. RAPHAEL VIRMOND BUTENES,** doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **CHAGAS GÁS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ n° 60.077.224/0001-23, neste ato representada por **BRENA EDUARDA DO NASCIMENTO LOPES**, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, decorrente do Pregão Eletrônico, sob o número **93/2025,** Requisição(ões) ao Compras nº **1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496 e 1497/2025**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E RECARGA DE GÁS E VASILHAME (CASCO) BOTIJÃO (GLP) DE 13KG E 45KG**, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inc. II, 78, IV, e 82 e 87 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decretos Municipais n^{os}: 6.320/2017, 7545/2019, 9.463/2022, 9.781/2022, 10.140/2023, 10.475/2023, Lei Municipal nº 3.742/2024 e demais legislação aplicável, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. Órgãos gerenciador e participantes

1.1. A presente ARP é integrada apenas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo, composto pelas Secretarias Municipais de **Administração;** de **Agricultura;** de **Assistência e Desenvolvimento Social;** de **Ciência, Tecnologia e Inovação;** de **Comunicação Social;** de **Cultura;** de **Desenvolvimento Econômico;** de **Esportes e Recreação; Executiva;** de **Finanças;** de **Habitação;** de **Meio Ambiente;** de **Planejamento e Urbanismo;** de **Políticas Públicas para Mulheres; a Procuradoria;** de **Saúde;** de **Defesa Social e Mobilidade;** de **Turismo e Eventos;** de **Viação, Obras e Serviços Urbanos,** o **Controle Interno; e a Superintendência Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON.**

2. Registros formalizados

2.1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente ao **FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E RECARGA DE GÁS E VASILHAME (CASCO) BOTIJÃO (GLP) DE 13KG E 45KG,** cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 12/02/2026 14:55 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p28be99

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

EMPRESA DETENTORA DA ATA: CHAGAS GÁS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	
REPRESENTANTE LEGAL: BRENA EDUARDA DO NASCIMENTO LOPES	
CNPJ Nº: 60.077.224/0001-23	TELEFONE: 42 9 9834 7139
E-MAIL: brenachagas.adm@gmail.com	
ENDEREÇO: Rua Gerânios, bairro Batel no338 Guarapuava -PR	

GRUPO /LOTE	ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA/ MODELO	V. UNI R$	V. TOTAL R$
2	1	702	UN	RECARGA DE GÁS GLP DE 13KG - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP).	Serviço	R$100,00	R$70.200,00
4	1	234	UN	RECARGA DE GÁS GLP DE 13KG - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP).	Serviço	R$115,00	R$26.910,00
5	1	9788	UN	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - 500 ML - ÁGUA MINERAL SEM GÁS - ALCALINA TERROSA E FLUORETADA, COM MARCA NACIONAL E REGISTRADA. EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO 500 ML. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 05 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	Serviço	R$0,85	R$8.319,80
7	1	2310	UN	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - ALCALINA, TERROSA E FLUORETADA, COM MARCA NACIONAL E REGISTRADA. EMBALAGEM: GALÃO DE 20 LITROS.	Serviço	R$15,00	R$34.650,00
9	1	20	UN	RECARGA DE GÁS GLP DE 45KG - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP).	Serviço	R$450,93	R$9.018,60
10	1	55	UN	CASCO DE BOTIJÃO DE GÁS 13KG (P13).	Serviço	R$240,00	R$13.200,00
11	1	1	UN	CASCO DE BOTIJÃO DE GÁS 45KG (P45).	Serviço	R$780,00	R$780,00
VALOR TOTAL: R$163.078,40 (cento e sessenta e três mil e setenta e oito reais e quarenta centavos)							

2.2. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementando a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:

2.2.1. Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.

2.2.2. Proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(es) cujo(s) preço(s) consta(m) registrado(s).

2.2.3. Edital de licitação, referente ao **Pregão Eletrônico nº 93/2025.**

3. Cadastro reserva de fornecedores

3.1. Conforme consta no ANEXO A - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) FORNECIDO MEDIANTE SISTEMA DE TROCA DE BOTIJÕES – 13KG	UNIDADE	796	R$117,00	R$93.132,00

Parágrafo segundo. O pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, mediante apresentação de todos os documentos exigidos no Decreto Municipal nº 144/2021, que trata da Instrução Normativa nº 21/2021, através de boleto bancário, transferência eletrônica ou depósito em conta corrente previamente identificada pela fornecedora, mediante comprovação documental, fatura com a descrição dos produtos, número da licitação, itens e outros, juntamente com termo do recebimento e requerimento formal, devidamente atestada pelo Fiscal da Ata.

Parágrafo terceiro. O termo de recebimento, junto ao almoxarifado ou secretaria responsável, deverá acompanhar a fatura/nota fiscal, a CND do INSS, a CRF do FGTS, CNDT, CERTIDÃO FEDERAL, as CERTIDÕES DAS FAZENDAS PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAL da sede da **FORNECEDORA**.

Parágrafo quarto. Para emissão nota fiscal seguem os dados: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, CNPJ: 76.022.490/0001-99,** endereço: Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro, Morretes-PR, CEP: 83.350-000.

V – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Parágrafo primeiro. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Parágrafo segundo. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

Parágrafo terceiro. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo quarto. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Duque de Caxias, nº 800, Centro – CEP 85.887-000 – Matelândia/PR
Telefone: (45) 3262-8350 | Site: www.matelandia.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

O **MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Duque de Caxias, nº 800, Centro – CEP 85887-000 – Matelândia - PR, inscrito no CNPJ nº 76.206.465/0001-65, neste ato devidamente representado por seu Prefeito, Sr. **Gabriel da Silva Cadini**, portador da matrícula nº 283442, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº 002/2026 resolve, nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa abaixo qualificada, nas quantidades, termos e condições previstas no edital e seus anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: GASOESTE COM. DE GAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.957.829/0001-09, com sede à Avenida Nereu Ramos, nº 22, Centro, na cidade de Matelândia/PR, neste ato representada pelo(a) Sr(a) **Wilson Hein**, inscrito(a) no CPF nº 598.788.949-91.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

1.1. A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÁS DE COZINHA, COM ENTREGA, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA/PR**, conforme segue:

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE	UNIT.	VALOR TOTAL
1	GÁS GLP DE COZINHA DE 13 KG – P13, ENTREGUE NO LOCAL	LIQUIGÁS/SUPERGASBRAS	UN	310	124,50	38.595,00
2	GÁS GLP DE COZINHA DE 45 KG – P45, ENTREGUE NO LOCAL	LIQUIGÁS/SUPERGASBRAS	UN	233	500,00	116.500,00
3	GÁS GLP DE COZINHA DE 45 KG – P45, ENTREGUE NO LOCAL	LIQUIGÁS/SUPERGASBRAS	UN	77	500,00	38.500,00

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos

VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Santo Cristo
Prefeitura Municipal de Santo Cristo
Registro de Preços Eletrônico - 13/2026

MARCELO LUIS DIERINGS | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 28.205.661/0001-72 - Endereço: RUA THEOBALDO RUEDELL - CEP: 98960000 - UF: RS - Município: Santo Cristo - Telefone: (55) 3198-1044

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	GAS DE COZINHA 13 KG - CARGA DE GAS DE COZINHA 13KG	GAS DE COZINHA	GLP 13KG	388,00 UND	R$ 125,00	R$ 48.500,00
					TOTAL DO VENCEDOR	R$ 48.500,00

SUPER GAS DISTRIBUIDORA LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 49.660.365/0001-31 - Endereço: R CRISTOVAO LEOPOLDO MEINERTZ - CEP: 98796230 - UF: RS - Município: Santa Rosa - Telefone: (55) 9708-0483

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0002	GAS DE COZINHA 45 KG - CARGA DE GAS DE COZINHA 45KG	NC	NC	18,00 UND	R$ 419,90	R$ 7.558,20
					TOTAL DO VENCEDOR	R$ 7.558,20

Valor Total: R$ 56.058,20

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 26/03/2026 às 15:03:46.
Código verificador: 120A23D

Ao terceiro dia do mês de dezembro de 2025, autorizado pelo **Pregão Eletrônico nº. 53/2025**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com integral observância da Lei Geral de Licitações nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e alterações, que, conjuntamente com as condições estabelecidas pelo edital e os requisitos a seguir estipulados, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Tijucas do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.105.584/0001-21, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Altair Moreira, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1.842.427-0 - SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº 319.442.809-87, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e o DETENTOR DA ATA **BIALE COMERCIO, DISTRIBUIÇÃO W REPRESENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 06.221.615/0001-24, com endereço à Rua Olivio Tozzo, nº 1159, São Marcos, São José dos Pinhais/PR, Cep nº 83.090-120, neste ato representado por Pedro Biale, inscrito no CPF sob nº. 274.005.069-00, e pelo Sr. Márcio Fernando Biale, inscrito no CPF sob nº. 072.421.449-65.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Objeto da presente ata de registro de preços consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGAS E CASCO DE BOTIJÃO DE GÁS DE COZINHA (GLP 13 KG), PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR**, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência - Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

1.1.1. As especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pela empresa classificada no certame, serão conforme o especificado na Tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MÉDIA UNITÁRIA (R$)	MÉDIA TOTAL (R$)
2	CARGAS PARA BOTIJÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP P13 (SEM BOTIJÃO), COM TROCA DE CASCO.	UNID	517	R$ 110,00	R$ 56.870,00
3	BOTIJÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP P13, NOVO, SEM AMASSADOS, VAZIO.	UNID	248	R$ 199,00	R$ 49.352,00

subordinados.

1.7 - Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa do MUNICÍPIO.

1.8 - Manter-se, durante toda a vigência desta Ata, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
(art. 92, V, Lei 14.133/2021)

2. A DETENTORA se obriga a entregar os materiais, objeto desta Ata de Registro, pelo valor total de **R$ 54.396,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos e noventa e seis reais),** daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição dos Itens	Unid.	Qtde.	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total do Item (R$)
1	CARGAS DE GLP (Gás de Cozinha) P13, gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijas de 13 kg, altamente tóxico e inflamável e suas condições deverão estar de acordo com as normas previstas no item 3.	Botijão de 13 Kg	200	ULTRAGAZ	126,55	25.310,00
2	CARGAS DE GLP (Gás de Cozinha) P45, gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijas de 45 kg, altamente tóxico e inflamável e suas condições deverão estar de acordo com as normas previstas no item 3.	Botijão de 45 Kg	40	ULTRAGAZ	458,80	18.352,00
3	VASILHAME VAZIO DE 13 KG – Botijão para gás liquefeito de petróleo P13. Uso para fogão industrial, produzido com aço carbono de no mínimo 3mm de espessura, pressão interna de 2 a 7 kg/cm², com dispositivo de segurança de válvula sobre pressão, com padrão de válvula com norma ABNT NBR 8614.	CASCO DE 13KG	25	ULTRAGAZ	267,80	6.695,00
4	VASILHAME VAZIO DE 45 KG – Botijão para gás liquefeito de petróleo P45. Uso para fogão industrial, produzido com aço carbono de no mínimo 3mm de espessura, pressão interna de 2 a 7 kg/cm², com dispositivo de segurança de válvula sobre pressão, com padrão de válvula com norma ABNT NBR 8614.	CASCO DE 45 KG	5	ULTRAGAZ	807,80	4.039,00

2.1 – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

2.2 - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea 92 inciso V da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO E MATRIZ DE RISCOS
(art. 92, VI, VIII e IX Lei 14.133/2021)

3.1. O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:
- Atestado de recebimento do órgão solicitante;
- Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

3.2 - **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
3.3 - Os pagamentos correrão por conta dos recursos das Dotações que serão indicadas quando da solicitação para aquisição das mercadorias.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2025 – M.C.A.

Pregão Eletrônico Nº 31/2025 – M.C.A.

Ata de Registro de Preços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CÉU AZUL** e a empresa J PRETTO - OESTE GAS, na forma abaixo.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CÉU AZUL – PR, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Av. Nilo Umberto Deitos nº 1426, inscrito no CNPJ/MF nº 76.206.473/0001-01, neste ato devidamente representa pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr., LAURINDO SPEROTTO, residente e domiciliado na Rua Curitiba, Centro, Céu Azul - PR, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.478.637-6 SSP - PR, e CPF nº. 241.960.109-20, doravante denominado **Órgão Gerenciador**, e de outro lado a empresa:

Empresa fornecedora J PRETTO - OESTE GAS, CNPJ: 30.143.086/0001-72, com sede na Rua OTTO GUILHERME BEATHOLTER, nº 585, Bairro DISTRITO DE SAO ROQUE, Município de Santa Helena - PR, representado pelo Sra JANDIRA PRETTO, CPF: 994.462.009-20, Telefone: (45) 99922-2727, E-mail: filialceuazul@grupomedigas.com.br; Doravante denominado Fornecedor.

Firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, sujeitando-se às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, bem como Decreto Municipal nº 7.072/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata de Registro de preços é **Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de gás de cozinha carga com 13 quilos, para fornecimento conforme necessidade dos departamentos da Administração Municipal, gás de cozinha carga com 45 quilos, para fornecimento conforme necessidade do Departamento da Educação, para uso nas Escolas, Pré Escola e Cemeis, Casco vazio P45 e gás (GLP) carga com 20 quilos para uso na Empilhadeira. (o registro de preços terá vigência de 12 meses)**. Conforme itens abaixo descritos, que a Empresa Fornecedora se declara em condições de executar em estrita observância com o indicado nas Especificações e na Documentação levada a efeito pelo Pregão Eletrônico Nº 31/2025 – M.C.A.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRODUTOS, QUANTIDADES, VALORES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os preços registrados, valores unitários e totais, as quantidades estimadas e especificação dos produtos, são os conforme tabela abaixo:

Nº Item	Qtd.	Uni.	Descrição do Produto	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	181	UN	GÁS DE COZINHA - CARGA C/ 13KG	ULTRAGÁZ GÁS DE COZINHA - CARGA C/ 13KG	R$ 98,00	R$ 17.738,00
3	158	UN	GÁS DE COZINHA - CARGA COM 45 KG	ULTRAGÁZ GÁS DE COZINHA - CARGA COM 45 KG	R$ 387,50	R$ 61.225,00
2	60	UN	GÁS FIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) - CILINDRO CARGA COM 20 KG PARA EMPILHADEIRA	ULTRAGÁZ GÁS FIQUEFEIT DE PETRÓLEO (GLP)CAR COM 20 KG	R$ 194,00	R$ 11.640,00
4	12	Cas	CASCO VAZIO P45 - 376,5 MM DE DIÂMETRO E 1299 MM DE ALTURA; CAPACIDADE DE GÁS: 45 KG DE GLP; MATERIAL:	ULTRAGÁZ CASCO VAZIO P45	R$ 726,50	R$ 8.718,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/07/2025 11:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p6481986899730.

VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de São Ludgero
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO
Registro de Preços Eletrônico - 9/2026

NAVA & SOUZA COMERCIO DE GAS LTDA - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 07.123.414/0001-57 - Endereço: RUA IRMÃ TEOFANA - CEP: 88730000 - UF: SC - Município: - Telefone: (48) 99904-4131

Lote	Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
0001		LOTE uNICO					
	0001	Carga de gas GLP envasado em botijao com capacidade de 13kg (gas de cozinha); - Carga de gas GLP envasado em botijao com capacidade de 13kg (gas de cozinha);	BOTIJÃO P13	LIQUIGÁS	113,00 UND	R$ 110,00	R$ 12.430,00
	0002	Carga de gas GLP envasado em botijao com capacidade de 45kg (gas industrial); - Carga de gas GLP envasado em botijao com capacidade de 45kg (gas industrial);	BOTIJÃO P45	LIQUIGÁS	368,00 UND	R$ 429,00	R$ 157.872,00
	0003	Casco de botijao de gas 13 kg; - Casco de botijao de gas 13 kg;	CASCO P13	LIQUIGÁS	43,00 UND	R$ 195,00	R$ 8.385,00
	0004	Casco de botijao de gas 45kg; - Casco de botijao de gas 45kg;	CASCO P45	LIQUIGAS	12,00 UND	R$ 650,00	R$ 7.800,00
		TOTAL DO LOTE					R$ 186.487,00
						TOTAL DO VENCEDOR	R$ 186.487,00

Valor Total: R$ 186.487,00

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 26/03/2026 às 15:44:26.
Código verificador: 120A7ED

PIÊN
PREFEITURA

Departamento de Licitações e Compras

35

PROTOCOLO Nº 2721/2026
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

1) OBJETIVO: Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

2) MODALIDADE: Pregão eletrônico.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 165.227,75 (cento e sessenta e cinco reais e duzentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.001.04.122.0003.2004.449052.0000 03.001.04.122.0003.2004. 339030.0400
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-449052.0000 04.001.04.121.0004.2007-339030.0400
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-449052.0000 05.001.15.452.0005.2010-339030.0400
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	06.001.23.691.0007-2014-449052.0000 06.001.23.691.0007-2014-339030.0400
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-449052.0000 07.002.20.606.0008.2017-339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	08.001.12.361.0009.2020-449052.0000 08.001.12.365.0009.2022-449052.0000 08.001.12.361.0009.2020-339030.0400 08.001.12.365.0009.2022-339030.0400
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	09.001.13.392.0010.2024-449052.0000 09.002.27.812.0011.2025-449052.0000 09.001.13.392.0010.2024-339030.0400 09.002.27.812.0011.2025-339030.0400
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.001.08.243.0013.2027-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028-449052.0000 10.002.06.182.0012.2030-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028. 339030.0400 10.001.08.243.0013.2027. 339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11.001.10.301.0014.2034-449052.0000 11.001.10.301.0014.2034-339030.0400

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:
( ) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
(X) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
30 / 03 / 2026

Claudinei de Siqueira
Tesouraria
Matrícula 7441
30 / 03 / 26

7) RECURSOS FINANCEIROS:

( ) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade.

( ) Não há previsão recursos financeiros.

(X) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.

( ) Necessita suplementação.

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 146/2025
30 / 3 / 26

PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

PROCESSO N° 2721/2026

TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

1.1. O Município de Piên, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, Piên, Paraná, CEP: 83.860-000, por intermédio do Setor de Licitação e Compras, torna público que realizar-se-á licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, através da plataforma eletrônica "www.bnc.org.br", objetivando Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais, conforme itens descritos no ANEXO I Termo de Referência desse edital.

1.2. Rege a presente licitação, a Lei Federal n° 14.133/21, a Lei Complementar 123/2006 observadas as alterações posteriores, Lei Municipal nº 1625/2026 e demais legislações aplicáveis.

1.3. REPARTIÇÃO INTERESSADA: **Secretaria Municipais**

1.4. O PREGÃO será realizado conforme datas abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Até às 09:29 do dia 17 de abril de 2026.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 17 de abril de 2026.**

1.5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: www.bnc.org.br "Acesso Identificado no *link* - licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1.7. Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no portal de licitações, sistema portal de licitações bolsa Nacional de Compras - BNC, de acordo com a Licença de Uso de Software celebrado com o Município de Piên.

1.8. A proponente licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no **item 1.4** deste Edital.

1.9. O edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico https://www.pien.pr.gov.br/licitacoes e www.bnc.org.br.

1.10. O PREGÃO será conduzido pela pregoeira, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, designados pelo Decreto nº 322/2025.

2. OBJETO DO PREGÃO:

2.1. Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais conforme itens descritos no ANEXO I Termo de Referência.

3. TIPO DO PREGÃO:

3.1. Este PREGÃO ELETRÔNICO é do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM.**

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas provenientes da presente contratação serão pagas através da dotação abaixo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.001.04.122.0003.2004.449052.0000 03.001.04.122.0003.2004. 339030.0400
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-449052.0000 04.001.04.121.0004.2007-339030.0400
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-449052.0000 05.001.15.452.0005.2010-339030.0400
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	06.001.23.691.0007-2014-449052.0000 06.001.23.691.0007-2014-339030.0400
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-449052.0000 07.002.20.606.0008.2017-339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	08.001.12.361.0009.2020-449052.0000 08.001.12.365.0009.2022-449052.0000 08.001.12.361.0009.2020-339030.0400 08.001.12.365.0009.2022-339030.0400
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	09.001.13.392.0010.2024-449052.0000 09.002.27.812.0011.2025-449052.0000 09.001.13.392.0010.2024-339030.0400 09.002.27.812.0011.2025-339030.0400
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.001.08.243.0013.2027-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028-449052.0000 10.002.06.182.0012.2030-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028. 339030.0400 10.001.08.243.0013.2027. 339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11.001.10.301.0014.2034-449052.0000 11.001.10.301.0014.2034-339030.0400

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da ***INTERNET,*** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) da Bolsa Nacional de Compras.**

5.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionária do Município de Piên, denominada pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BNC" constante da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras (www.bnc.org.br).

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa previsto no item **1.4.**

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1. LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (nos moldes da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 147, de 7 de agosto de 2014) E 1 ITEM PARA AMPLA CONCORRÊNCIA.

7.1.2. O item 04 está aberto para ampla concorrência.

7.1.3. O item 05 é exclusivo para ME, cota do item 04.

7.1.4. Os demais itens são exclusivos ME e EPP.

7.2. Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido art. 3º.

7.2.1. Conforme o inciso I do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **microempresa**, aquela que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

7.2.2. Conforme o inciso II do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **empresa de pequeno porte**, aquela que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.3. O Microempreendedor Individual (MEI) é equiparado à microempresa, possui natureza jurídica de empresário individual e é optante pelo Simples Nacional, considera-se MEI aquele que aufira receita bruta anual de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa Nacional de Compras.

7.4. É admitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

7.5. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente, na licitação:

a) de servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên ou de pessoas jurídicas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên;

b) de licitante que mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

c) de empresas estrangeiras que não funcionem no País;

d) de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

e) de empresas com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e/ou de fato, exceto para propostas para itens ou lotes distintos;

f) de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (quando for o caso);

g) também estão abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e ainda, aqueles declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, a ser verificado no momento do credenciamento dos interessados;

7.6. Para fins de verificação de atendimento à alínea "f" do item 7.5, após o credenciamento dos interessados será realizada consulta:

a) Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ;

d) Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

e) Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal.

7.6.1. A verificação do item 7.6 alíneas "a" a "e" será realizada após o licitante ser declarado vencedor, momento que será possível a identificação do mesmo.

7.7. No caso de constar Certidão Positiva em relação aos débitos e se tratando o licitante de Micro ou Pequena Empresa, enquadradas no disposto no **item 5.2.** Sagrando-se vencedor do certame, está fará jus ao prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a Certidão Negativa de Débitos ou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, em atendimento ao disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.8. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.8.1. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

c) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará à Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

7.8.2. As MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL deverão declarar no campo INFORMAÇÕES ADICIONAIS, na oportunidade de credenciamento, a sua condição de ME ou EPP, para que possam ter o direito de participar, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

8.1. O certame será conduzido pela pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

8.2 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

8.2.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **7.8.1. "a"**, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa Nacional de Compras**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

8.2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.2.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BNC – Bolsa Nacional de Compras.**

8.2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BNC – Bolsa Nacional de Compras** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.2.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.2.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o andamento do processo, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

8.3.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

8.3.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.3.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: (42) 3026-4550, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até as **09:29 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.1.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3. O licitante deverá dar oferta de forma clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário;

Valor total;

Marca/Modelo;

10.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços.

10.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.4. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

10.5. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional deverão apresentar a proposta de preços com a carga tributária completa.

10.6. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, especialmente no tocante ao preço máximo fixado.

10.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.9. A proposta deverá ser anexada na plataforma da BNC sempre antes da sessão, não podendo ser anexada após o certame.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.bnc.org.br, será aberta por comando da pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas passando a pregoeira a avaliar a devida aceitabilidade.

11.2. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, de plano, aqueles que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os outros requisitos estabelecidos neste Edital.

11.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. Também será desclassificada a proposta que não conste a marca dos produtos, se este for o caso.

11.5. A comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.6. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário.

12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

12.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, será aberta a sessão pública de disputa de preços na internet, no sítio eletrônico www.bnc.org.br, por comando da pregoeira.

12.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.3. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

12.5. O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

12.6 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R$ 0,10 (dez centavo).**

12.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.15. Se ocorrer a desconexão da pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.16. Caso a desconexão da pregoeira persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.bnc.org.br.

12.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.18. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos em lei.

12.18.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 12.18, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

12.19. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.20.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.21. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.22. Os fornecedores, a qualquer momento, depois de finalizado o processo, poderão registrar questionamentos aa pregoeira via Sistema, acessando a sequência "Relatório de Disputa" / "Chat de Mensagens" / "Enviar Mensagens", para cada lote disputado. Esta opção estará disponível até o momento da declaração de vencedor no Sistema.

12.23. A pregoeira/equipe de apoio responderá os questionamentos formulados pelos licitantes, via Sistema, ficando registradas no Relatório da Disputa as mensagens tanto dos licitantes quanto as respostas da pregoeira.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final **superior** ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.6. A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

13.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.

13.7.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9. Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

13.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

14.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a pregoeira efetuará consulta aos cadastros descritos nos **subitens 7.6.** a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta.

14.2. Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Após as consultas delineadas no item 14.1, a pregoeira examinará os documentos de habilitação exigidos abaixo que devem ser anexados antes da sessão, com tudo se não forem a pregoeira pode convocar via chat concedendo um prazo, conforme determina o inciso II do artigo 63 da Lei 14.133.

a) Em hipótese alguma será aceito documento emitido após o prazo concedido.

b) A proposta deve sempre ser anexada antes da sessão sob pena de desclassificação.

c) Os demais casos não previstos nesse edital serão resolvidos via sistema, no chat, pela pregoeira, sempre respeitando as leis vigentes.

14.3.1 Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (Caso esse documento já tenha sido entregue no credenciamento fica dispensada sua entrega novamente);

b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação), com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de abertura da licitação;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais);

d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;

e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede;

14.3.3 Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Recuperação judicial e Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a (90) noventa dias da abertura do certame.

14.3.4 QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICA

a) Certificado da ANP atualizado;

b) Licença de operação emitida pela sede da empresa participante;

c) Certificado de vistoria emitido pelo corpo de bombeiros – atualizado;

d) Certificado de regularidade ou declaração de dispensa emitido pelo IBAMA – atualizado;

e) Alvará de localização emitido pela prefeitura municipal sede da empresa.

14.3.5 Documentação Complementar

a) Declaração, nos moldes do **ANEXO III** deste edital, sob as penas da Lei, que:

1) não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

2) nenhum dos sócios da proponente é servidor ou dirigente de órgão do Município de Piên;

3) nenhum de nossos sócios mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4) não está suspensa temporariamente de participar em licitação ou impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

5) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

6) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) Declaração que cumpre os requisitos de habilitação conforme modelo ANEXO VII

c) No caso de a empresa se enquadrar em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar declaração conforme modelo do ANEXO VIII acompanhada de comprovante.

14.4. A participação nas condições previstas no item **14.3**, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

14.4.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.4.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 14.4.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

14.5. Todas as certidões exigidas deverão ser expedidas pela sede do domicílio da licitante.

14.6. Havendo licitante que possua matriz e filiais, toda documentação deverá ser apresentada

para empresa que estiver apresentando a proposta, ou seja, se a proposta for da matriz, toda documentação deverá referir-se à matriz e se for a filial, toda documentação deverá referir-se à filial.

14.7. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou de quaisquer outros documentos em substituição daqueles exigidos no presente Edital e seus Anexos.

14.8. A falta ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados acarretará a inabilitação do concorrente.

14.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

14.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

14.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

a) apresentar o número do processo licitatório – PREGÃO;

b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;

c) especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;

d) apresentar o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação, sendo que a omissão do prazo de validade na proposta de preços da licitante importará no cumprimento da validade mínima de 60 (sessenta) dias;

e) apresentar preço unitário final após o percentual de desconto, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, **com duas casas decimais (Ex.: R$ 1,12)** e irreajustável apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;

f) incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, frete e entre outras despesas, tributos de

qualquer natureza, encargos sociais e comerciais, etc.

g) No caso de Micro ou Pequena Empresa ou Microempreendedor Individual conter declaração expressa de que a proponente se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

h) Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado. (A ausência desta declaração não gera desclassificação da proposta).

15.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO – POR ITEM.**

15.3. Serão **desclassificadas** as propostas que:

a) Contenham **mais de três casas decimais;**

b) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente incompatíveis com o mercado, por decisão da pregoeira;

c) Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

d) Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado.

16. DA GARANTIA:

16.1. Não será exigido seguro garantia para o objeto desse edital.

17. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

17.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

17.1.1. A pretensão referida no **subitem 17.1** pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço eletrônico BNC. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br ou através do telefone (41) 3632-1136, este último apenas informal.

17.1.2. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os

autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

18. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

18.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até **03 (Três) dias úteis anteriores** à data fixada para recebimento das propostas.

18.1.1. As medidas referidas no **subitem 18.1** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no endereço eletrônico BNC. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br.

18.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO. Além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

18.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

19. RECURSO ADMINISTRATIVO E REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

19.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

19.2. Havendo quem se manifeste, caberá a pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

19.2.1. Nesse momento a pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

19.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

19.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados

para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no site da prefeitura municipal.

19.5. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.5.2. Quando houver erro na aceitação melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.5.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.5.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. Todas as sanções aplicáveis que cingem este processo estão referidas na minuta do contrato em **ANEXO II** a este.

21. ADJUDICAÇÃO:

21.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da proponente, importará na decadência do direito de recurso, competindo a pregoeira adjudicar o objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

21.2. Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo, a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à(s)

proponente(s) vencedora(s).

22. HOMOLOGAÇÃO:

22.1. Cabe à Autoridade Competente homologar o PREGÃO.

22.2. A partir do ato de homologação será(ão) convocada(s) a(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta.

23. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO:

23.1. O resultado final do PREGÃO será comunicado às proponentes e publicado no site www.diariomunicipal.com.br/amp/ também no site oficial do Município de Piên, endereço www.pien.pr.gov.br.

24. ATA DE REGISTRO:

24.1. A Ata Registro de Preços é documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados os preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento Adjudicatório e nas respectivas propostas apresentadas. (XLVI art 6º lei 14133/2021).

24.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

24.3. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, e convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata Registro de Preços, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

24.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

24.5. Será facultado ao contratante, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

24.6. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou os contratos ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

24.7. Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento estimativo que fundamentou a presente contratação.

24.7.1. O reajuste somente poderá ser aplicado após o decurso do prazo mínimo de um ano, contado da data-base referida no caput, vedada qualquer atualização monetária ou reajuste antes desse período.

24.7.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, o reajuste será aplicado com base no índice INPC, observando-se os critérios, fórmulas e periodicidade ali estabelecidos.

24.7.3. Considera-se data-base do orçamento estimativo a data em que foi elaborado o documento que serviu de base para a formação do preço de referência pela Administração.

24.8. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.

II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados;

24.9. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

24.10. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.

24.11. Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

24.12. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definida novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art130 e 134 lei 14133)

24.13. A Ata Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contados a partir da publicação podendo ser renovada de acordo com a legislação vigente.

25. ENTREGA DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO:

25.1. Conforme consta no Termo de Referência ANEXO I deste edital.

26. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

26.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência ANEXO I deste edital.

27. PAGAMENTO:

27.1. O pagamento será feito por crédito em conta bancária da licitante vencedora ou via boleto bancário no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/fatura, estando condicionado à aceitação e atesto da Secretaria solicitante.

27.1.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

27.2. O Município de Piên reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para pagamento se os bens/serviços fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

27.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, em letra bem legível, em nome do Município de Piên, CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, indicando o número de conta corrente para pagamento, o nome do Banco e a respectiva Agência, e, ainda, os materiais/serviços fornecidos.

27.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura junto as secretarias, o valor da nota fiscal poderão ser atualizado monetariamente INPC, entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e efetivo pagamento.

27.5. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

27.6. Para fins de IRRF de pessoas físicas, a municipalidade seguirá a Legislação Federal, aplicando a tabela de alíquotas progressivas.

28. DISPOSIÇÕES FINAIS:

28.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do contrato dela decorrente.

28.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

28.2.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

28.2.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação da pregoeira em sentido contrário.

28.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

28.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

28.5. A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

28.6. Em qualquer fase do PREGÃO, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta ou lance, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.

28.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

28.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

28.9. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil derivado do Contrato salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

28.10. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pela pregoeira, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.

28.11. Será competente o foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

29. RELAÇÃO DE ANEXOS

29.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta da Ata de Registro
ANEXO III	Modelo de Declarações
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	Declaração de Ciência Sobre Custos de Uso da Plataforma Eletrônica
ANEXO VI	Procuração Nomeação de Representante Legal
ANEXO VII	Modelo de Declaração que cumpre os requisitos de habilitação
ANEXO VIII	Modelo de Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Piên/PR, 27 de março de 2026.

Silvana Teixeira Jung
Secretária de Administração e Finanças
Decreto Municipal nº 146/2025

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais, conforme especificações e quantidades estimadas:

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13	Unidade	7	R$ 205,02	R$ 1.435,16
2	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45	Unidade	6	R$ 726,63	R$ 4.359,75
3	CARGA DE GÁS 13 kg	Carga	150	R$ 124,02	R$ 18.602,70
4	CARGA DE GÁS de 45 kg **(AMPLA CONCORRÊNCIA)**	Carga	248	R$ 426,76	R$ 105.835,98
5	CARGA DE GÁS de 45 kg **(COTA DO ITEM 04, EXCLUSIVO ME)**	Carga	82	R$ 426,76	R$ 34.994,16

2.2. DA PROPOSTA: deve conter o valor unitário e total dos itens, marca do produto e o prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias), com telefone e e-mail para contato do fornecedor.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. Estima-se para a contratação almejada o valor de R$ 165.227,75 considerando o mapa/relatório de preços conforme estimado no Mapa em anexo.

3.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

3.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

3.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
3.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO/REGISTRO DE PREÇO sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO/POR ITEM.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO: A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de aquisição/substituição de cascos, visando garantir o pleno funcionamento das atividades desenvolvidas pelas unidades/setores vinculados a Prefeitura de Piên.

O fornecimento é necessário para garantir a manutenção das atividades desenvolvidas nas unidades administrativas e educacionais do Município. A descontinuidade no fornecimento poderia comprometer a regularidade das atividades e o atendimento adequado ao público interno e externo.

Além disso, os cascos utilizados para acondicionamento do GLP demandam substituição regular devido ao desgaste natural, normas de segurança, avarias ou quando há necessidade de ampliação da capacidade operacional. Portanto, torna-se imprescindível assegurar a reposição adequada desses recipientes.

Dessa forma, a licitação busca garantir o abastecimento regular do gás de cozinha e a manutenção do estoque de cascos em condições seguras e adequadas ao uso, assegurando o funcionamento eficiente, seguro e ininterrupto dos serviços públicos.

No que se refere, ao quantitativo, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda.

6. FONTE ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

6.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.001.04.122.0003.2004.449052.0000 03.001.04.122.0003.2004. 339030.0400
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-449052.0000 04.001.04.121.0004.2007-339030.0400
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-449052.0000 05.001.15.452.0005.2010-339030.0400
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	06.001.23.691.0007-2014-449052.0000 06.001.23.691.0007-2014-339030.0400
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-449052.0000

	07.002.20.606.0008.2017-339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	08.001.12.361.0009.2020-449052.0000 08.001.12.365.0009.2022-449052.0000 08.001.12.361.0009.2020-339030.0400 08.001.12.365.0009.2022-339030.0400
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	09.001.13.392.0010.2024-449052.0000 09.002.27.812.0011.2025-449052.0000 09.001.13.392.0010.2024-339030.0400 09.002.27.812.0011.2025-339030.0400
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.001.08.243.0013.2027-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028-449052.0000 10.002.06.182.0012.2030-449052.0000 10.001.08.244.0012.2028. 339030.0400 10.001.08.243.0013.2027. 339030.0400
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11.001.10.301.0014.2034-449052.0000 11.001.10.301.0014.2034-339030.0400

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos interessados em participar da presente licitação ocorrerá nos exatos termos do seu edital.

7.1.1 As empresas interessadas devem, ainda, possuir autorização da ANP (Agência Nacional de Petróleo) para comercialização de Gás GLP. Todos as recargas deverão estar aprovadas e regulamentadas pela ANP ou outro órgão competente, quando aplicável. A constatação de irregularidades nos produtos será averiguada no momento da entrega, estando a empresa sujeita à substituição dos mesmos, sob risco de sofrer as penalidades cabíveis.

8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Os materiais objetos deste PREGÃO deverão ser entregues em até 03 (três) dias após o recebimento da nota de empenho diretamente nas sedes das secretarias solicitantes entre 08:00 e 11:30 e das 13:00 às 16:30, conforme os endereços abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Telefone: (41) 3632-1136
Rua: Amazonas, nº 373 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
Telefone: (41) 3632-1136
Rua: Amazonas, nº 373 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo:
Telefone: (41) 3632-1136
Rua: Amazonas, nº 373 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Ação Social e Defesa Civil:
Telefone: (41) 3632-2119
CAMU: Rua Espírito Santo, nº 120 – Centro/Piên.
CRAS: Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal/Piên.
CONSELHO TUTELAR: Rua São Gonçalo, nº 94 – Centro/Piên.

DEFESA CIVIL: Rua Tocantins, nº 169 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Telefone: (41) 3632-1015
Rua: Reinaldo de Oliveira Mendes, nº 486 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Educação:
Telefone: (41) 3632-1014
Avenida Brasil, nº 81– Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer:
Telefone: (41) 3632-1457
Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes: Rua Campo Grande, nº 44 – Avencal/Piên.
Sede Cultura: Rua Amazonas, nº 256 – Centro/Piên.
Biblioteca: Rua Fortaleza, nº 512 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Saúde:
Telefone: (41) 3632-1291
Posto Central: Rua Belo Horizonte, nº 92 – Centro/Piên.
Vigilância Sanitária: Rua Bahia, nº 223 – Centro/Piên.

Secretaria Municipal de Viação e Serviços Rodoviários:
Telefone: (41) 3632-1949
Barracão: Rua Reinaldo de Oliveira Mendes nº 542 - Centro/Piên.

ENDEREÇO DA SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DAS UNIDADES ESCOLARES.

Secretaria Municipal de Educação. Avenida Brasil Nº 81-Centro. Piên-Pr.

- Escola Alminda Antônia de Andrade - Avenida Paraná, 223 – Trigolândia.
- Escola Marciano de Carvalho - Rua Fortaleza, 532 – Centro.
- Escola de Gramados - Estrada Principal, s/n – Gramados.
- Escola Etelvina Pacheco - Estrada Principal, s/n – Campo Novo.
- Escola Prefeito Laércio B. dos Santos - Estrada Principal, s/n – Poço Frio.
- Escola Santa Isabel - Estrada Principal, s/n – Campina dos Crespins.
- Escola Frei Demétrio - Estrada Principal, s/n – Campina dos Maia.
- CMEI Raio de Sol - Estrada Belo Horizonte, nº 8149, Campina dos Maia.
- CMEI Tia Nena - Rua Diadema nº 258, Centro, Piên
- CMEI Gotinhas do Saber - Rua Goiânia, nº 994, Avencal, Piên
- CMEI Vida Nova - Rua Primeiro de Agosto, s/n, Ponte Alta, Piên
- CMEI Tio Milton - Avenida Paraná, 105, Trigolândia, Piên

8.2 Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a entregar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, mesmo que em pequena quantidade.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os materiais entregues pela licitante, deverão estar em conformidade com as especificações e composições descritas no respectivo item, os quais serão verificados no momento da entrega, bem como, devem atender a legislação vigente. Não será aceito na entrega, objeto com descrição diferente daquela constante neste edital e da proposta vencedora.

9.2. Quando da entrega dos materiais, o Município receberá provisoriamente, para efeito de posterior verificação plena de sua conformidade com a especificação do edital.
9.3. Verificada a desconformidade dos materiais entregues, ora licitados, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
9.4. A licitante entregará os materiais, ora licitados, acondicionados em suas embalagens originais, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, responsabilizando-se pela descarga destes em local indicado por servidor designado pela Administração, comprometendo-se integralmente com eventuais danos causados.
9.5. Após a verificação plena quanto ao atendimento de todas as condições legais e contratuais, e consequente aprovação, será dado o recebimento definitivo. Após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais a consequente aceitação.
9.6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais entregues pela licitante, ora licitados, conforme o caso observará o que dispõe o artigo 140 da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores
9.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato ou ata de registro deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou ata de registro, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou ata de registro, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato ou ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.7. O fiscal do contrato ou ata de registro anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou ata de registro ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.2. O fiscal do contrato ou ata de registro informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.4. O fiscal do contrato ou ata de registro comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal do contrato ou ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

11.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o produto com avarias ou defeitos;

11.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

11.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta de contrato;

11.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

11.1.8. Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;

11.1.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.

11.1.10. Imediatamente após a execução dos serviços objeto desta Licitacao, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação a proposta comercial da contratada ou em relação as condições expressas neste Edital, será notificada a contratada para devidas correções.

11.1.11. E indispensável que para a prestação do serviço sejam rigorosamente observados os requisitos de pontualidade, continuidade, eficiência, segurança mantendo durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas na licitacao.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.3. Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.5. Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;

21.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.1.7. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços

13. LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O prazo de validade é de 12 (doze) meses contando de sua publicação no diário oficial podendo ser prorrogado

15. FONTES DE PESQUISA

15.1 Cotações realizadas com empresas:

- Rodrigo S. Rocha Comércio de Gás – ME – CNPJ: 14.243.686/0001-56.
- Outras Prefeituras Região
- PNCP

Elaborado em 27 de março de 2026

69

ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026
PREGÃO ELETRÔNICO XX/2026
PROTOCOLO XXX/2026

No .... do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e seis, autorizado pelo **PREGÃO ELETRÔNICO XX/2026,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.6660001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maicon Grosskopf**, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.278.589-17, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque - OAB/PR 132.993 e em conjunto com a Secretária Municipal Finanças Sra. ----------, inscrita no CPF sob nº _____ e o DETENTOR DA ATA **.....**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº ....., com endereço na ....., ..., CEP ....., fone: .. .., e-mail .....; neste ato representado por ....., inscrito(a) no CPF sob nº .....

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. O valor total estimado da ata é de R$ ----------

1.4. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ata de registro, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado.

2. DA ENTREGA E CONDIÇOES DE RECEBIMENTO:

2.1. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive, na forma descrita no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026.**

2.2. Os materiais deverão ser entregues no endereço indicado na nota de empenho pela secretaria solicitante no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

2.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.

2.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.6. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.8. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

2.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3. DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega dos bens nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia ou validade;
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;
d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
i) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.
j) Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;
k) Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.
l) E indispensável que para a prestação do serviço sejam rigorosamente observados os requisitos de pontualidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia, mantendo durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas na licitacao

3.2. A Contratante obriga-se a:
a) Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
d) Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;
e) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
f) Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;
g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
h) Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços.

4. DA FISCALIZAÇÃO:

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL	Larissa do Carmo Honório/ CRAS Leticia Inez Schroth Gabardo
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Patrick Zanqueta Pacheco

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cláudia Knopick Lisboa
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Daiane dos Santos
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
SECRETARIA DE GOVERNO	Maikeli Senn
SECRETARIA DE SAÚDE	Marina do Carmo Stracke de Lima
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Suelen Surek
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Esdras Rya Rocha Cruz

4.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

4.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

4.9. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.11. O fiscal do contrato ou ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5. DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

5.1. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

5.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

5.6. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

5.7. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

5.8. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

6. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que comprovado a vantajosidade, conforme Lei 14.133/21.

6.2 Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento estimativo que fundamentou a presente contratação.

6.2.1 O reajuste somente poderá ser aplicado após o decurso do prazo mínimo de um ano, contado da data-base referida, vedada qualquer atualização monetária ou reajuste antes desse período.

6.2.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, o reajuste será aplicado com base no índice INPC, observando-se os critérios, fórmulas e periodicidade ali estabelecidos.

6.2.3. Considera-se data-base do orçamento estimativo a data em que foi elaborado o documento que serviu de base para a formação do preço de referência pela Administração.

6.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.
II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados;

6.4. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

6.5. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.

6.6. Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

6.7. Comprovado a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definido novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art 130 e 134 lei 14133)

6.8. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE PIÊN – PR não será obrigado a firmar as aquisições/contratações que dela poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento dos itens/execução dos serviços em igualdade de condições, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O reequilíbrio será realizado por apostilamento.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.001.04.122.0003.2004.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007.3.3.90.30.07.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	06.001.23.691.0007.2014.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	08.001.12.361.0009.2020.3.3.90.30.07.00 08.001.12.365.0009.2022.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	09.001.13.392.0010.2024.3.3.90.30.07.00 09.002.27.812.0011.2025.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.001.08.243.0013.2027.3.3.90.30.07.00 10.001.08.244.0012.2028.3.3.90.30.07.00 10.002.06.182.0012.2030.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11.001.10.301.0014.2034.3.3.90.30.07.00

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) deixar de entregar a documentação exigido originalmente no certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" do item 8.1 dessa ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 8.1 dessa ata, bem como nas alíneas "b", "c", "d",

"e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:

I – **Moratória:**

a) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite de 10 (dez) dias;

b) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite máximo de 20 (vinte) dias, e pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, e pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória:**

a) Para a infração descrita na alínea "a" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.

b) Para a infração descrita na alínea "b" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.

c) Para a infração descrita na alínea "c" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.

d) Para a infração descrita na alínea "d" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.

e) Para as infrações previstas nas alíneas "e", "f", e "g" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços.

f) Para as infrações previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k", e "l" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da Ata de Registro de Preços.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que comprovadas e justificadas, nas hipóteses previstas nos art 28 e 29 do decreto federal 11.462/23.

9.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, será formalizado pela autoridade competente, mediante registro em termo de cancelamento/revogação.

9.3. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

9.4. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026**.

11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

13. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado bem como também cumprir todas as obrigações do termo de referência do **Pregão Eletrônico xx/2026**.

Piên/PR, xx de xxxxxxxxx de 2026.

Maicon Grosskopf
Prefeito
Órgão Gerenciador

xxxxxxxxxx
Detentor da Ata de Registro de Preços

Wagner Albuquerque
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 132.993

xxxxxx
Secretário de xxxxx
Decreto nº xxxx

Testemunhas:

1. Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Assinatura: _____
2. Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Assinatura: _____

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº XX/2026.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) nenhum de nossos sócios mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
d) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
e) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
f) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2026.

_____

(Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente)
(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

80

ANEXO IV
PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

Ao Município de Piên
Sra. Pregoeira,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é .....

Item	Unid	Qtde	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

O prazo de validade da proposta de preços é de ***(inserir o prazo de validade)*** ***(inserir o prazo de validade por extenso)***) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº. 123/2006. **[somente na hipótese de o licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP.)]**

Local, __ de ___ de 2026.

(nome legível, RG nº e assinatura do responsável legal)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE CUSTOS DE USO DA PLATAFORMA ELETRÔNICA

Pregão xx/2026

Órgão/Entidade:

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE:

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do licitante identificado acima, **declaro**, para os fins de direito e sob as penas da lei, que a empresa:

1. **Tem plena ciência** de que **quaisquer custos, tarifas, mensalidades, taxas de intermediação, adesão, manutenção, credenciamento, habilitação de certificado digital, suporte técnico, ou quaisquer outras despesas** decorrentes do **uso da plataforma eletrônica** indicada no Edital (incluídos, se houver, serviços de terceiros necessários ao acesso/participação) **são de exclusiva responsabilidade do licitante/contratado, não** se constituindo **encargo da Administração Pública** e **não** compondo o **preço da proposta**.
2. **Reconhece** que tais despesas **não geram direito a reembolso, repasse ou ressarcimento** por parte da Administração, **em nenhuma fase** (sessão pública, adjudicação, homologação, contratação, execução contratual ou pagamento).
3. **Compromete-se** a manter, às suas expensas, as **condições técnicas e operacionais** necessárias ao uso da plataforma (acesso à internet, computador, navegador compatível, certificado digital, cadastro/credenciamento atualizado, bem como o adimplemento de eventuais taxas devidas à operadora da plataforma), responsabilizando-se por **qualquer indisponibilidade** que decorra de sua esfera de atuação.
4. **Declara** que a empresa **leu e concorda** com os **Termos de Uso** e **Políticas** da plataforma, quando aplicáveis, e que o **descumprimento** de obrigações assumidas junto à operadora da plataforma **não acarretará ônus** à Administração.
5. **Ratifica** que esta declaração **integra** a proposta apresentada e que a **sua falsidade** ou o **descumprimento** do aqui declarado sujeitam o licitante às **sanções administrativas** cabíveis previstas no edital e na legislação aplicável (inclusive a Lei nº 14.133/2021), **sem prejuízo** das demais responsabilidades civis e penais.

Local e data: , ____ de _____ de _____

[Nome do representante] – [Cargo]

[CPF]

Pela empresa [Razão Social] – CNPJ []

ANEXO VI
PROCURAÇÃO NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES
Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)
Nome: (Razão Social)
Nome Resumido:
Endereço:
Complemento: Bairro:
Cidade: UF:
CEP:
CNPJ/CPF:
Inscrição estadual: RG:
Telefone comercial:
Celular:
E-mail:
Representante legal:
Cargo:
Telefone:
Ramo de Atividade:

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:
a) tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
b) observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
c) observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
d) designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e
e) pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no **ANEXO VI** do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no **ANEXO VI** do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

5. (Cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu

83

interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

a) declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
b) apresentar lance de preço;
c) apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pela pregoeira;
d) solicitar informações via sistema eletrônico;
e) interpor recursos contra atos da pregoeira;
f) apresentar e retirar documentos;
g) solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
h) assinar documentos relativos às propostas;
i) emitir e firmar o fechamento da operação; e
j) praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:
Endereço:
CNPJ:

O presente Termo de Adesão é válido até __/__/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

84

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026

Sra. Pregoeira,

Pela presente, declaramos que a empresa.....(indicação da razão social)..... cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 0XX/2026, cujo objeto é ... .

.....

(Local e data)

.....

Nome e Assinatura do Representante Legal

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Aa pregoeira Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

D E C L A R A Ç Ã O

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital de ..... **nº** ...../....., sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

3. **( ) MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(Local e data)

.....
(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 2721/2026
Assunto: "registro de preço para eventual aquisição de cascos e recargas de gás, para as Secretarias Municipais".
Requerente: Secretarias Municipais

Parecer Jurídico

I. Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para análise do Processo Licitatório na modalidade de **Pregão na forma eletrônica**, cuja ordem sequencial será providenciada pelo setor de licitações após a emissão do presente parecer, **tipo menor preço por item**, que tem por objeto "registro de preço para eventual aquisição de cascos e recargas de gás, para as Secretarias Municipais".

O processo veio acompanhado do requerimento da secretaria municipal justificando a necessidade da contratação, do estudo técnico preliminar, do termo de referência, cotações, pesquisa de mercado, mapa comparativo de preços, minuta do edital e anexos, informações orçamentárias e financeiras.

II. Passamos a análise jurídica.

As aquisições e contratações da Administração Pública somente podem ocorrer de acordo com os princípios e regras basilares dispostos no art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Na mesma toada, deve respeitar a Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitação e Contratos Administrativos, prevendo em seu art. 28 as modalidades de licitação originalmente existentes, dando a cada uma delas particularidades bem definidas.

Sendo que uma das modalidades prevista é o pregão, o qual é cabível quando o objeto do contrato for aquisição de bens ou serviços classificados como "comuns".

E, no caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos produtos a serem adquiridos, o que viabiliza a adoção do pregão como modalidade licitatória.

O tipo menor preço por item, também se mostra adequado ao objeto da contratação, em razão da natureza dos itens e suas especificidades, possibilitando mais vantagens e benefícios para a Municipalidade.

Ainda, importante destacar que o artigo 78, IV da Lei 14.133/2021 traz como procedimento auxiliar das licitações e contratações públicas o sistema de registro de preços.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
87 83.860-000
(41) 3632-1136

Sendo que a adoção do sistema de registro de preços se mostra adequada no presente caso, uma vez que, permite a Administração realizar compras futuras e fracionadas, conforme as requisições de demandas das secretarias municipais.

Nesse sentido, Edgar Guimarães e Joel de Menezes Niebuhr (2008, p,25), assinalam as vantagens do sistema de registro de preços, senão vejamos:

> A principal vantagem do registro de preços ocorre em relação aos objetos cujos quantitativos sejam de difícil previsibilidade, como ocorre com pneus, peças, combustíveis, material de expediente, medicamentos, insumos de informática, gêneros alimentícios etc.

Ainda, oportuno destacar a existência de itens/cotas exclusivo para Micro e Pequenas empresas, nos moldes do disposto na Lei nº 123/06, (modificada pela LC 147/14) no inciso I do art. 48 que a Administração Pública "deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil Reais)".

Portanto, vemos que a limitação do certame a micro e pequenas empresas e empresários individuais em contratações em que os itens não atinjam o valor máximo de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) não se trata de mera faculdade mas, de obrigação imposta a Administração de forma imperativa pela Lei sendo que, esta ao pretender contratar deve conceder tratamento diferenciado a tais empresas, tendo o legislador optado por esta normativa claramente para fomentar o desenvolvimento de pequenos negócios, que não teriam chance de ser contratados na ampla concorrência por questões mercadológicas.

O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência consistem em um dos atos essenciais do procedimento licitatório e devem conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos e o cronograma físico-financeiro da execução. Em atendimento à exigência legal, foi juntado nos autos o documento intitulado Estudo Técnico Preliminar e o documento intitulado Termo de Referência, devidamente aprovado e assinado pela autoridade competente, os quais vislumbramos estarem satisfatórios.

Ademais, vislumbramos, que o edital para o registro de preços atende os requisitos previstos no artigo 82 da Lei 14.133/2021.

Para além disso, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo o documento intitulado informações orçamentárias e financeiras, onde o setor de contabilidade e a Secretaria de

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Administração e Finanças informaram que: "quando se tratar se registro de preços o saldo orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/empenho".

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Neste sentido, ressalta-se, estar presente a autorização expressa do responsável pela Secretaria de Administração e Finanças, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos e a regularidade orçamentária para contratação.

Ainda, analisando os autos, verifica-se que a Minuta do Edital segue todas as cautelas recomendadas pela Lei nº. 14.133/2021, que em seu art. 25 elenca os pressupostos que deverão constar do Edital de Licitação, possuindo indicação de número de ordem em série anual, órgão da Administração Pública interessado, modalidade de licitação e regime de execução.

Percebe-se, ainda, que há o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da Lei de Licitações, com a designação do local, dia e hora para o recebimento das propostas, entre outros requisitos previstos na legislação vigente, cumprindo destacar que, após a emissão do presente parecer, deverá o pregoeiro observar os prazos mínimos previstos entre a disponibilização do edital e a abertura do certame, nos moldes do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

Por fim, a minuta do contrato está em consonância com a legislação que orienta a matéria, trazendo em seu bojo as cláusulas exigidas pela legislação, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, justifica-se a utilização do Pregão na forma eletrônica do tipo menor preço por item, para o referido procedimento licitatório, considerando a natureza do objeto a ser contratado, a estimativa da despesa e a fonte dos recursos que arcarão com a contratação.

III. Conclusão

Pelo exposto, e pelos fundamentos apresentados, temos que o Procedimento Licitatório, cujo objeto é o "registro de preço para eventual aquisição de cascos e recargas de gás, para as Secretarias Municipais", atende aos princípios norteadores do processo de licitação e se encontra

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

devidamente respaldado na Lei nº 14.133/2021, sendo adequada a modalidade e o tipo adotado, bem como, aprovado o edital de convocação.

Recomendo a área de contratos da secretaria de administração, para que se atente à vinculação da redação do contrato para com as especificações do edital de convocação, em estrito cumprimento ao que prescreve os artigos 5º; 11; e 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Anoto que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no Edital, bem como, as justificativas da secretaria requerente com seus anexos e que, não se incluem no âmbito de análise desta Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária.

O presente parecer possui caráter meramente opinativo, destinado a dar subsídios a decisão da autoridade a que se destina e cinge-se, exclusivamente, de estudo dos contornos jurídicos, da legislação e jurisprudência em torno do assunto em comento.

É o parecer. S.M.J.

Piên, 01 de abril de 2026.

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

Piên/PR, em 01 de abril de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:93E313FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 369 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

PORTARIA Nº 369 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

Concessão de diária para agente político(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **MAICON GROSSKOPF**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 080.***.***-** matrícula funcional 4765237, ocupante do cargo público de agente político de **Prefeito,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação no evento da Educação e reunião com a equipe da Sanepar	01/04/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 150,00	3188/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 01 de abril de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:552DC08F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 370 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

PORTARIA Nº 370 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **PATRICIA MOREIRA ICKER,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 053.***.***-** matrícula funcional 4766053, ocupante do cargo público de **Enfermeiro,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Audiência	01/04/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	3189/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 01 de abril de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:DAB8AE32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 371 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

PORTARIA Nº 371 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ELIZABETE MIKI UCHINO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 825.***.***-** matrícula funcional 4766346, ocupante do cargo público de **Assistente Social,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Audiência	01/04/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	3190/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 01 de abril de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:40E46BAC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais. **Entrega das propostas**: a partir 06/04/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 17/04/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 02 de abril de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:C5434924

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 01/2026

Objeto: Aquisição de 04 (quatro) inscrições em curso presencial com o seguinte tema: "Fiscalização de Políticas Públicas Prioritárias e Projetos da Educação, Saúde, Assistência Social e Obras: Guia Prático", que será realizado no período de 14 de 17 de março de 2026, na cidade de Curitiba/PR e será organizado pela empresa CGP –

91

Edital nº 24/2026

Última atualização 02/04/2026

Local: Piên/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE PIEN **Unidade compradora:** 201 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 02/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 06/04/2026 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 17/04/2026 09:29 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 76002666000140-1-000097/2026 **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Objeto:

Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 165.339,72	R$ 0,00

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13	7	R$ 205,02
2	BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45	6	R$ 726,63
3	CARGA DE GÁS 13 kg	150	R$ 124,76
4	CARGA DE GÁS de 45 KG (AMPLA CONCORRÊNCIA)	248	R$ 426,76
5	CARGA DE GÁS de 45 KG (COTA DO ITEM 04, EXCLUSIVO ME)	82	R$ 426,76

Exibir: 5 | 1-5 de 5 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000024/2026
Processo Administrativo Nº 00000000000000000095
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA
Data de Publicação: 06/04/2026 08:27:18

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 7 Unidade: UN Val. Ref.: 205,02

Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 133	NACIONAL / (Casco) P13	205,00
PARTICIPANTE 960	LIQUIGÁS	205,02

LOTE 2

Item: 1 Quant.: 6 Unidade: UN Val. Ref.: 726,63

Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 084	NACIONAL / (Casco) P45	726,00
PARTICIPANTE 890	LIQUIGÁS	726,63

LOTE 3

Item: 1 Quant.: 150 Unidade: UN Val. Ref.: 124,76

Descrição: CARGA DE GÁS 13 kg

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 358	NACIONAL / 13 kg	124,00
PARTICIPANTE 228	LIQUIGÁS	124,76

LOTE 4

Item: 1 Quant.: 248 Unidade: CG Val. Ref.: 426,76

Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 594	NACIONAL / 45 KG	426,00
PARTICIPANTE 147	LIQUIGÁS	426,76

LOTE 5

Item: 1 Quant.: 82 Unidade: CG Val. Ref.: 426,76

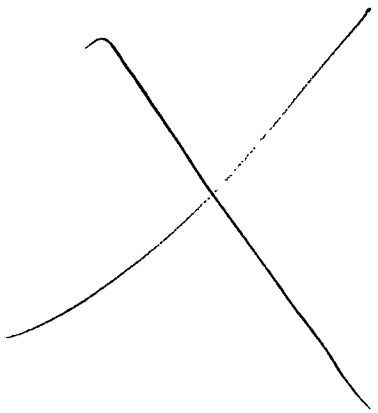
Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (COTA DO ITEM 04, EXCLUSIVO ME)

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 413	NACIONAL / 45 KG	426,00
PARTICIPANTE 476	LIQUIGÁS	426,76

DOCUMENTOS ANEXADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

95

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/ 1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
RODRIGO DA SILVA ROCHA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
M [X] F [ ]	XXXXXXXXXXXX

FILHO DE (pai)
JOÃO MARIA SOUZA ROCHA

(mãe)
SALETE APARECIDA DA SILVA ROCHA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
15/02/1985	94621291	SSP	PR	053.765.369-47

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXXXXXXXXXXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
ESTRADA DOCE GRANDE	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXXXXXXXXXXX	AGUA CLARA DE CIMA	83.840-000	6509

MUNICÍPIO	UF
QUITANDINHA	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXX

NOME EMPRESARIAL
RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GÁS

LOGRADOURO (rua,av; etc)	NÚMERO
RUA SAO PAULO	276

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXXXXXX XXXXX	CENTRO	83.840-000	6443

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
PIÊN	PR	BRASIL	XXXXXXXXXXXX

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
10.000,00	DEZ MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade Principal 4784900	COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO
Atividade Secundária 4723700	COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
XXXXXXX	
XXXXXXX	
XXXXXXX	
XXXXXXX	
XXXXXXX	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF (NIRE ANTERIOR)	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
04/08/2011	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX	DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1-sim 3-não

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
Rodrigo S. Rocha comercio de gás

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
04/08/2011	Rodrigo S. Rocha

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE
JHONATHAN DOS SANTOS
RG: 9.909.083-0/PR
Agente Fazendário
PR
74 AGO. 2011

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
CERTIFICO O REGISTRO EM 24/08/2011
SOB NÚMERO: 41107092151
Protocolo: 11/719679-7, DE 15/08/2011
RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL

1201102754459

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE
41107092151

NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
RODRIGO DA SILVA ROCHA

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

ESTADO CIVIL
SOLTEIRO

SEXO
M [X] F [ ]

REGIME DE BENS (se casado)

FILHO DE (pai)
JOAO MARIA SOUZA ROCHA

(mãe)
SALETE APARECIDA DA SILVA ROCHA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
15/02/1985	94621291	SSP	PR	053.765.369-47

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)
RUA SÃO CRISTÓVÃO

NÚMERO
562

COMPLEMENTO

BAIRRO / DISTRITO
CENTRO

CEP
8386000

MUNICÍPIO
PIEN

UF
PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empres
requer à Junta Comercial do Estado do Parana

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	022	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)
RUA SÃO CRISTÓVÃO

NÚMERO
562

COMPLEMENTO

BAIRRO / DISTRITO
CENTRO

CEP
8386000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
PIEN	PR	BRASIL	rodrigorocha.pr@gmail.com

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
10.000,00	DEZ MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4784900 Atividades secundárias 4723700 4322301	COMERCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO; COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS; INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS;

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL (DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL)
04/08/2011	14.243.686/0001-56			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
Rodrigo S. Rocha Comercio de gás - ME

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
12/02/2016 PIEN-PR	Rodrigo S. Rocha

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

João Souza Y Barbosa
JUCEPAR - 191

AUTENTICAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 02/03/2016
SOB NÚMERO: 20161676693
Protocolo: 16/167669-3 DE 24/02/2016
Empresa: 41 1 0709215 1
RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS - ME

LIBERTAD BOGUS
SECRETÁRIA GERAL

07

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
14.243.686/0001-56 **MATRIZ**		**24/08/2011**

NOME EMPRESARIAL
RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ROCHA GAS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO CRISTOVAO	**562**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.860-000	**CENTRO**	**PIEN**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(41) 9201-9406

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/08/2011**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/04/2026** às **08:26:57** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:34:48 do dia 08/04/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/10/2026.
Código de controle da certidão: **58EB.BBB0.A85B.D7BB**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

99

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 39328489-16

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **14.243.686/0001-56**
Nome: **RODRIGO S ROCHA COMERCIO DE GAS**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/08/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Portal de Emissão de Certidões (08/04/2026 08:36:49)

PIÊN
PREFEITURA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N.733/2026

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 733/2026

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS - ME

PROTOCOLO nº	**CNPJ nº** 14.243.686/0001-56	**Inscrição Municipal nº** 9989

ENDEREÇO

RUA SÃO CRISTOVÃO, 562 - CENTRO Piên - PR CEP: 83860000

CNAE / ATIVIDADES

Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP), Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, Comércio varejista de bebidas

Documento emitido em: Piên, 08 de Abril de 2026 por << Equiplano Público Web >>.

Certidão válida até 08/05/2026, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Chave para validação: **5ZXJ2G2QEMT24XC5RAC.**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada através do endereço eletrônico:
https://pienpr.equiplano.com.br:7355/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao

101

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.243.686/0001-56
Razão Social: RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
Endereço: RUA SAO CRISTOVAO 562 / CENTRO / PIEN / PR / 83860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/03/2026 a 25/04/2026

Certificação Número: 2026032704531946501870

Informação obtida em 08/04/2026 08:31:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Certidão nº: 37519861/2026
Expedição: 08/04/2026, às 08:33:38
Validade: 05/10/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.243.686/0001-56**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de RIO NEGRO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

RODRIGO S ROCHA COMERCIO DE GAS

CNPJ: 14.243.686/0001-56

Local da Sede: Piên - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a).
São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de RIO NEGRO
Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.
A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.
Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.
A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.
A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

RIO NEGRO, 9 de abril de 2026

CARLOS SCHLICHTING
Distribuidor

CARLOS SCHLICHTING:38576716968

Assinado de forma digital por CARLOS SCHLICHTING:38576716968
Dados: 2026.04.09 13:52:55 -03'00'

Código Validador TJPR: CACG.1480.60JHDIGE.11 . **Valide esta certidão em https://bit.ly/2DQEIbE

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 024/2026

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS CNPJ 14.243.686/0001-56, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 024/2026, cujo objeto é registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

Piên, PR, 10 de abril de 2026.

JOÃO VICTOR ROCHA
CPF: 138.879.649-00
Procurador da empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 024/2026
Processo nº 2721/2026

A empresa, **RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS** inscrita no CNPJ sob o nº14.243.686/0001-56, com sede à **Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000**, DECLARA, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado pelo Município de Piên, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;

c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas;

e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Piên, PR, 09 de abril de 2026.

JOÃO VICTOR ROCHA
CPF: 138.879.649-00
Procurador da empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

Livro: 43-P **Folha: 013/014**

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: **RODRIGO DA SILVA ROCHA** A FAVOR DE JOAO VICTOR ROCHA, NA FORMA ABAIXO DECLARADA.

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, (09/04/2026), neste Serviço Distrital de Piên, Município de Piên, Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, compareceu, como Outorgante: **RODRIGO DA SILVA ROCHA**, brasileiro, maior e capaz, solteiro, nascido em 15/02/1985, portador da Cédula de Identidade nº **94621291-SSP-PR**, inscrito no CPF/MF sob nº **053.765.369-47**, e-mail: não declarado, residente e domiciliado à ua São Cristóvão, número 562, Centro, Piên-PR, CEP: 83.860-000, neste ato na qualidade de Empresário Individual, da Microempresa, **RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **14.243.686/0001-56**, com sede na Rua São Cristóvão, número 562, Centro, Piên-PR, CEP: 83.860-000, devidamente registrada perante a Junta Comercial na data de 24/08/2011, com registro estadual NIRE sob o nº 41107092151. Apresentada Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Paraná expedida em09/04/2026 e Requerimento de Empresário, os quais ficam arquivados neste Serviço Distrital de Piên-PR, em pasta própria digital de arquivo de contratos sociais de número 04. O presente capaz para o ato e reconhecido como o próprio por mim, Kassiane Roberta Melenek, Escrevente, conforme os documentos de identificação supramencionados que me foram apresentados e qualificadO conforme suas próprias declarações, do que dou fé. E aí, pelo Outorgante me foi dito que nomeia e constitui seu bastante procurador: **JOAO VICTOR ROCHA**, brasileiro, maior e capaz, empresário, nascido na data de 08/08/2006, filho de RODRIGO DA SILVA ROCHA e PATRICIA ALVES DA ROCHA, inscrito no CPF/MF sob nº **138.879.649-00**, portador da Cédula de Identidade nº **152239165-SSP-PR**, email: não declarado, solteiro, que declara não viver em União Estável, residente e domiciliado à Rua São Cristovão, número 385, Centro, Piên-PR, CEP: 83860-000, ao qual confere amplos e gerais poderes, para o fim especial de representá-lo perante repartições públicas, federais, estaduais, municipais e autarquias, **em qualquer modalidade de licitação**, conferindo-lhe os poderes para acompanhar, assinar fisicamente ou digitalmente, assinar declarações, propostas comerciais, atas e demais documentos pertinentes ao certame, formular lances, negociar preços e interpor recursos administrativo, eenunciar a prazos recursais, e o que necessário for referente a todas as fases do processo de licitação. Representá-lo em quaisquer estabelecimento de crédito bancário, SICOOB Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil, BANCO BRADESCO S/A, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, BANCO ITAÚ S/A, BANCO DO BRASIL S/A ou em qualquer outro estabelecimento de crédito bancário que o outorgante possua cadastro, podendo para tanto abrir, movimentar e encerrar contas bancárias de titularidade do outorgante, por qualquer meio, inclusive

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

eletrônico e via internet, solicitar saldos e extratos; solicitar, alterar, desbloquear e cadastrar senhas, conferir saldos e juros; depositar, sacar e retirar quaisquer quantias; solicitar ordens de pagamento, autorizar passes e remessas, assinar contratos de câmbio ou boleto, solicitar e realizar transferências eletrônicas, inclusive TED's e DOC's, fazer aplicações e solicitar resgates de importâncias monetárias, assinar contratos, guias e aditivos contratuais, assumir obrigação cartular; cumprir contratos existentes, solicitar, desbloquear, cadastrar e retirar cartões magnéticos seja de crédito ou débito, solicitar parcelamento de débitos, promover o levantamento de contas em qualquer estabelecimento de crédito bancário. Confere poderes para representá-lo perante repartições públicas, federais, estaduais, municipais e autarquias, especialmente à Junta Comercial do Estado do Paraná, ou a Junta Comercial de qualquer estado desta federação, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Banco Central e sistema SISBACEN, Secretaria da Receita Federal, Instituto Nacional da Seguridade Social, podendo o dito procurador, em nome do outorgante, abrir sociedades empresariais, promover abertura de filiais, assinar alterações contratuais e instrumento de distrato, assinar documentos necessários a efetivação do ato empresarial, representá-la em juízo ou fora dele, receber citação judicial ou extrajudicial, constituir procuradores em nome próprio ou pela empresa, pagar taxas e impostos, dar e receber quitação, assinar recibos, ou qualquer outro documento. Enfim, praticar todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, **não podendo substabelecer o presente mandato.** Prazo de validade: **por tempo indeterminado**. O outorgante se responsabiliza civil e criminalmente pela veracidade das informações e declarações prestadas no presente instrumento, declarando que conferiu e corrigiu os poderes, qualificação do mandatário prazo e todas as demais cláusulas principais e adjacentes do presente, tudo estando conforme sua solicitação. O Outorgado ao utilizar esta procuração deverá se pautar em postulado de probidade e correção, sendo que o mesmo poderá ser responsabilizado por eventuais faltas na forma prevista no Código Civil Brasileiro. As partes ficam cientes que cessam os efeitos da procuração nas seguintes condições: I) pela revogação ou pela renúncia; II) pela morte ou interdição de uma das partes; III) pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer; IV) pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio (Artigo 682 do Código Civil). PelO Outorgante me foi dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme outorga, aceita e assina. Ato protocolado sob nº 260/2026, em 09/04/2026. Eu, (a.), Kassiane Roberta Melenek, Escrevente, que a escrevi, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos: R$106,53(VRC 384,62), Funrejus: R$26,63, pago através da guia nº 140000000127756898 em 09/04/2026, Selo: R$16,00, Outorgante/Outorgado Adicional: Não incide, FUNDEP: R$5,33, ISSQN: R$3,20. Total: R$157,69. Selo

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Rua Bahia, nº 181 - Centro - Sala 1 - Piên/PR - CEP 83.860-000 - Fone: (41) 3632-2489
cartoriopien@gmail.com | www.cartoriopien.com.br

Livro: 43-P **Folha: 013/014**

Digital Nº SFTN2GJfGNdNPqPbXKGL1052p . Piên-PR, 09 de abril de 2026. (aa.) RODRIGO DA SILVA ROCHA, Outorgante. Kassiane Roberta Melenek, Escrevente.. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, _____, Kassiane Roberta Melenek, Escrevente, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº_____da Verdade

Piên-PR, 09 de abril de 2026

Assinado digitalmente por:
KASSIANE ROBERTA MELENEK
CPF: 093.152.479-22
Certificado emitido por AC VALID RFB v5
Data: 09/04/2026 14:31:32 -03:00

FUNARPEN - TJPR
Selo Digital de Fiscalização
SFTN2.GJ4GN.dNPqPpXuGL.1052p
Consulte os dados do ato em:
consulta.funarpen.com.br

Colégio Notarial do Brasil

Kassiane Roberta Melenek
Escrevente

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Rua Bahia, nº 181 - Centro - Sala 1 - Piên/PR - CEP: 83.860-000 - Fone: (41) 3632-2489
cartoriopien@gmail.com | www.cartoriopien.com.br

CERTIFICADO DE REVENDA GLP

Razão Social : RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

CNPJ : 14243686000156

Nro. de Autorização : GLP/PR0214591

Nro. Despacho : ANP Nº 522

Data da Publicação : 17/04/2012

Endereço : RUA SAO CRISTOVAO - 562 - - CENTRO - PIEN - PR

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, certifica que nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, para exercer a atividade de revenda varejista de GLP, nos termos da Resolução ANP nº 958/2023.

Emitido às **08:41:53** horas do dia **08/04/2026** (data e horário de brasília).
Código de controle do certificado: **E31D601313A4A4C9**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.
Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Data/Hora Emissão: **08/04/2026 08:42:36**

Situação	Autorização	CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia
EM OPERAÇÃO	GLP/PR0214591	14243686000156	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	ROCHA GAS

Endereço	Complemento	Bairro	Município/UF	CEP
RUA SAO CRISTOVAO 562		CENTRO	PIEN/PR	83860000

Nr Despacho	Data da Publicação
ANP Nº 522	17/04/2012

Vinculação	Data da Vinculação	Classe Armazenamento
NACIONAL GÁS BUTANO	17/4/2012	1 ÁREA - Classe IV - NBR 15514

Sócios

RODRIGO DA SILVA ROCHA

Voltar Imprimir

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
R SAO CRISTOVAO, 562
CENTRO, PIÊN/PR

DECLARAÇÃO

Rodrigo da Silva Rocha, CPF nº 053.765.369-47, responsável pela empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS, inscrita no CNPJ sob o nº 14.243.686/0001-56, neste ato representado pelo seu procurador João Victor Rocha, CPF nº 138.879.649-00, declara, para os devidos fins, que:

Em razão da revogação da Resolução nº 051/2009 do CEMA, a qual dispensava o licenciamento ambiental estadual, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXI — Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) —, e considerando que não dispõe de Licença de Operação emitida pela sede da empresa participante, permanece válida a dispensa de licença ambiental emitida pelo IAT.

Declara, ainda, que as informações acima descritas foram repassadas pela Sra. Cristiane Telma Buda (técnica em Meio Ambiente), responsável pelo setor de Meio Ambiente do município de Piên/PR, a qual também orientou a fazer a presente declaração.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para os devidos fins.

Piên/PR, 09 de abril de 2026

João Victor Rocha
CPF: 138.879.649-00
Procurador de: Rodrigo da Silva Rocha - CPF: 053.765.369-47

ESTADO DO PARANÁ

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

6BBM 1CIA SAO JOSE DOS PINHAIS

112

CLCB - CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - CLCB 3.9.01.25.0000963646-03

A Seção de Prevenção Contra Incêndio e a Desastres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná licencia a edificação/estabelecimento/evento/área de risco abaixo qualificada, por estar em conformidade com a legislação de prevenção contra incêndio e a desastres em vigor:

RODRIGO S ROCHA COMÉRCIO DE GÁS

Nome Fantasia:
CPF/CNPJ: 14.243.686/0001-56
Código da Atividade Econômica (CNAE):
4322/3-01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
4784/9-00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)
4723/7-00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
Logradouro: RUA SÃO CRISTÓVÃO Número: 562
Bairro: BAHIA Município: PIEN-PR

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E A DESASTRES

Área Total: 114,90 m²
Área Vistoriada: 92,95 m²
Ocupação: M-2 - LÍQUIDO OU GÁS INFLAMÁVEIS OU COMBUSTÍVEIS
Capacidade de Público: 10 PESSOAS
Uso de GLP: REVENDA CLASSE IV - ATÉ 12480KG DE GLP
Medidas de prevenção e combate a incêndios e a desastres:
SAÍDAS DE EMERGÊNCIA
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA
EXTINTORES DE INCÊNDIO
ACESSO DE VIATURA NA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO
CONTROLE DE MATERIAIS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO
ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
Projeto Técnico NIB:

OBSERVAÇÕES

Esta licença perde a validade, a qualquer tempo, caso ocorram alterações que impliquem em inconformidade com a legislação de prevenção e combate a incêndio e a desastres em vigor.
O Corpo de Bombeiros Militar poderá fiscalizar a edificação/estabelecimento/área de risco/evento a qualquer tempo.

LICENÇA VÁLIDA ATÉ: 10 de Dezembro de 2026

Documento emitido eletronicamente pelo Sistema PrevFogo.
A autenticidade deverá ser confirmada clicando aqui ou no endereço: www.bombeiros.pr.gov.br

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

Tipo de Licença (Modalidade)	Protocolo	Núm. Licença	Data Emissão	Data Validade
DLAE - Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental	175140387	20311	15/04/2021	15/04/2031

- Informações do Autorizado

Nome/Razão Social

RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS

Endereço	Bairro	
RUA SÃO CRISTOVÃO, 582	CENTRO	
Município		**CEP**
Piên / PR		83860-000

- Informações do Empreendimento

Empreendimento

RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS

Atividade	Atividade Específica	
Outros empreendimentos de prestação de serviços	COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP E BEBIDAS	
Endereço	**Bairro**	
RUA SÃO CRISTOVÃO, 582	CENTRO	
Município	**CEP**	**Coordenadas (latitude / longitude)**
Piên / PR	83860-000	26º05'53" - 49º25'45"

Corpo Hídrico do Entorno	Bacia Hidrográfica
Rio Iguaçu	Iguaçu

Condicionantes

- A presente Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual foi emitida em conformidade com a legislação vigente, aprovando a localização e a concepção do empreendimento, voltado ao COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP e COMÉRCIO DE BEBIDAS, devendo ser observados, durante a sua operação os requisitos abaixo: - Durante a operação do empreendimento e atividade, ora dispensados do licenciamento ambiental, devem ser adotadas práticas e procedimentos adequados de trabalhos, de forma a assegurar a proteção do meio ambiente. - Os resíduos gerados e relacionados à atividade a ser implantada, com a finalidade de evitar danos ambientais, devem ser convenientemente armazenados no próprio local e encaminhados a terceiros para destinação final adequada, em empreendimentos e atividades devidamente licenciados para a realização dos referidos serviços. - É proibida a queima de quaisquer materiais a céu aberto no local. - Esta DLAE, não impede exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais. - Atender as exigências e requisitos impostos pela da Prefeitura Municipal e pela Secretaria de Meio Ambiente de PIÊN.

Parâmetros de Atividade Poluidora

PIÊN
PREFEITURA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Aponte a câmera do celular para validar o documento

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ALVARÁ Nº 084/2026 | **PROTOCOLO Nº** 2263/2026

À Empresa: RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS - ME

Nome Fantasia: ROCHA GAS

CNPJ: 14.243.686/0001-56 | **SEDE:** MATRIZ | **Insc Mun:** 9989 | **Insc Est:** 90570992-56

Endereço: RUA SÃO CRISTOVÃO, 562 - CENTRO Piên - PR CEP: 83860000

Atividade Principal: 4784-9/00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)

Secundária(s): 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás.
4723-7/00 - Comércio varejista de bebidas.

Início das Atividades: 20/01/2012 00:00:01 | **Validade deste documento:** 31/12/2026 00:00:00

Informações Complementares:

ESTE DOCUMENTO FOI EMITIDO APÓS ATENDIDA AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE QUE VERSA SOBRE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, MEIO AMBIENTE E POSTURAS, E PERMANECE VÁLIDO ENQUANTO INALTERADAS AS CONDIÇÕES QUE DERAM CAUSA A SUA CONCESSÃO. A VALIDADE DESDE ALVARÁ FICA CONDICIONADO AO PRAZO DE VALIDADE DO LICENCIAMENTO (CLCB) EXPEDIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR EM CONFORMIDADE COM AS LEGISLAÇÕES VIGENTES. CONFORME NOTA TÉCNICA 02/2018 - CAOPMAHU DO MP DO PARANÁ DEVE-SE ATENTAR-SE À DESTINAÇÃO PRIORITÁRIA DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS ÀS COOPERATIVAS DE CATADORES.

CONSERVAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

Chave de autenticação: 5ZXJ2QP9XX4XC29QQ.

Piên/PR, 19 de Fevereiro de 2026 10:11:48.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Área de Receitas



RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 024/2026
Processo nº 2721/2026

A empresa, **RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS** inscrita no CNPJ sob o nº14.243.686/0001-56, com sede à **Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000**, DECLARA, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado pelo Município de Piên, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;

c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas;

e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Piên, PR, 09 de abril de 2026.

JOÃO VICTOR ROCHA
CPF: 138.879.649-00
Procurador da empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 024/2026

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS CNPJ 14.243.686/0001-56, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 024/2026, cujo objeto é registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

Piên, PR, 10 de abril de 2026.

JOÃO VICTOR ROCHA
CPF: 138.879.649-00
Procurador da empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS



RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email:rochajoaovictor0808@gmail.com

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE CUSTOS DE USO DA PLATAFORMA ELETRÔNICA

Pregão nº 024/2026
Órgão/Entidade: Município de Piên

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE: RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS - ME
CNPJ: 14.243.686/0001-56
ENDEREÇO: Rua São Cristóvão, nº 562, Centro, Piên-PR, CEP: 83.860-000
REPRESENTANTE LEGAL/PROCURADOR: JOÃO VICTOR ROCHA
CPF: 138.879.649-00

Na qualidade de representante legal do licitante identificado acima, declaro, para os fins de direito e sob as penas da lei, que a empresa:

1. Tem plena ciência de que quaisquer custos, tarifas, mensalidades, taxas de intermediação, adesão, manutenção, credenciamento, habilitação de certificado digital, suporte técnico, ou quaisquer outras despesas decorrentes do uso da plataforma eletrônica indicada no Edital (incluídos, se houver, serviços de terceiros necessários ao acesso/participação) são de exclusiva responsabilidade do licitante/contratado, não se constituindo encargo da Administração Pública e não compondo o preço da proposta.

2. Reconhece que tais despesas não geram direito a reembolso, repasse ou ressarcimento por parte da Administração, em nenhuma fase (sessão pública, adjudicação, homologação, contratação, execução contratual ou pagamento).

3. Compromete-se a manter, às suas expensas, as condições técnicas e operacionais necessárias ao uso da plataforma (acesso à internet, computador, navegador compatível, certificado digital, cadastro/credenciamento atualizado, bem como o adimplemento de

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email:rochajoaovictor0808@gmail.com

eventuais taxas devidas à operadora da plataforma), responsabilizando-se por qualquer indisponibilidade que decorra de sua esfera de atuação.

4. Declara que a empresa leu e concorda com os Termos de Uso e Políticas da plataforma, quando aplicáveis, e que o descumprimento de obrigações assumidas junto à operadora da plataforma não acarretará ônus à Administração.

5. Ratifica que esta declaração integra a proposta apresentada e que a sua falsidade ou o descumprimento do aqui declarado sujeitam o licitante às sanções administrativas cabíveis previstas no edital e na legislação aplicável (inclusive a Lei nº 14.133/2021), sem prejuízo das demais responsabilidades civis e penais.

Piên, PR, 10 de abril de 2026.

JOÃO VICTOR ROCHA
CPF: 138.879.649-00
Procurador da empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA
Ref.: Pregão Eletrônico nº 021/2026

Sr. Pregoeiro,

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.243.686/0001-56, por intermédio de seu Representante Legal, Sr(a). JOÃO VICTOR ROCHA, portador(a) da Carteira de Identidade nº15.223.916-5, inscrito no CPF sob nº 138.879.649-00, DECLARA, para fins do disposto no Edital nº 024/2026, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

☑ MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Piên, PR, 10 de abril de 2026.

JOÃO VICTOR ROCHA
CPF: 138.879.649-00
Procurador da empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

ANEXO VI
PROCURAÇÃO NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

PROCURAÇÃO NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica): **Pessoa Jurídica**

Nome: **RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS**
Nome Resumido: **ROCHA GAS**
Endereço: **Rua São Cristóvão, nº 562**
Bairro: **Centro**
Cidade: **Piên**
UF: **PR**
CEP: **83.860-000**
CNPJ/CPF: **14.243.686/0001-56**

Inscrição estadual: ISENTO
RG: 15.223.916-5
Telefone comercial: **(41) 9201-9406**
Celular: **(41) 9201-9406**
E-mail: rochajoaovictor0808@gmail.com
Representante legal: João Victor Rocha
Cargo: **Procurador**
Telefone: 41 98789-4287
Ramo de Atividade: **Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)**

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:
a) tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
b) observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
c) observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
d) designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações;
e) pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO VI do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO VI do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

5. (Cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:
a) declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
b) apresentar lance de preço;
c) apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pela pregoeira;
d) solicitar informações via sistema eletrônico;

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

e) interpor recursos contra atos da pregoeira;
f) apresentar e retirar documentos;
g) solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
h) assinar documentos relativos às propostas;
i) emitir e firmar o fechamento da operação; e
j) praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

O presente Termo de Adesão é válido até 31/12/2026, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento

Piên, PR, 10 de abril de 2026.

JOÃO VICTOR ROCHA
CPF:138.879.649-00
Procurador da empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

123

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5014502910

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOAO VICTOR ROCHA

1ª HABILITAÇÃO
23/05/2025

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
08/08/2006, MANDIRITUBA, PR

4a DATA EMISSÃO
23/05/2025

4b VALIDADE
23/05/2026

ACC

P

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
15223916S SESP PR

4d CPF
138.879.649-00

5 Nº REGISTRO
09005164628

9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
RODRIGO DA SILVA ROCHA

PATRICIA ALVES DA ROCHA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		23/05/2026	
A1			
D		23/05/2026	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
24492588240
PR926866632

LOCAL
CURITIBA, PR

PARANÁ

5014502910

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver License Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA090054646<284<<<<<<<<<<<<
0608082M2605236BRA<<<<<<<<<<<2
JOAO<<VICTOR<ROCHA<<<<<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN



RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº 024/2026
Processo nº 2721/2026

Ao Município de Piên Sra. Pregoeira,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é: **Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.**

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UNIDADE	7	Botijão de gás (casco) P13	R$ 149,99	R$ 1.049,93
2	UNIDADE	6	Botijão de gás (casco) P45	R$ 449,99	R$ 2.699,94
3	CARGA	150	Carga de gás 13 kg	R$ 104,99	R$ 15.748,50
4	CARGA	248	Carga de gás 45 kg (ampla concorrência)	R$ 319,99	R$ 79.357,52
5	CARGA	82	Carga de gás 45 kg (cota do item 04 - exclusivo ME)	R$ 319,99	R$ 26.239,18

O prazo de validade da proposta de preços é de **60 (sessenta) dias** a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de **microempresa**, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Piên, PR, 17 de abril de 2026.

JOÃO VICTOR ROCHA
CPF: 138.879.649-00
Procurador da empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

GÁS VALLE LTDA
CNPJ nº 53.147.001/0001-20
Avenida Anita Garibaldi, 160
Butieirinho - 83560-000
Itaperuçu/Pr.

RECURSO ADMINISTRATIVO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

RECORRENTE: GÁS VALLE LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.147.001/0001-20

RECORRIDA: RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS – CNPJ 14.243.686/0001-56

I – DOS FATOS

A empresa recorrente participou regularmente do certame em epígrafe, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de cascos e recargas de gás.

Após a fase de análise documental, a empresa **RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS** foi declarada habilitada e vencedora, mesmo apresentando **vícios graves e insanáveis**, em desacordo com o edital.

II – DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL – PROPOSTA SEM MARCA

O edital é claro ao exigir:

> *"O licitante **deverá enviar** sua proposta contendo: valor unitário, valor total e **marca**/modelo. "*

Além disso, estabelece expressamente:

> *"Será **desclassificada** a proposta que não conste a marca dos produtos."*

Entretanto, conforme se verifica na proposta apresentada pela recorrida, **não há indicação de marca dos produtos ofertados**, o que caracteriza descumprimento objetivo do edital.

Trata-se de vício **insanável**, pois compromete a identificação do produto, a comparabilidade das propostas, a própria execução contratual.

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 024/2026
Processo nº 2721/2026

Ao Município de Piên Sra. Pregoeira,

Apresentamos e submetemos à apreciação do V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é:
Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UNIDADE	7	Botijão de gás (casco) P13	R$ 205,00	R$1.435,00
2	UNIDADE	6	Botijão de gás (casco) P45	R$ 726,00	R$4.356,00
3	CARGA	150	Carga de gás 13 kg	R$ 124,00	R$18.600,00
4	CARGA	248	Carga de gás 45 kg (ampla concorrência)	R$ 426,00	R$105.648,00
5	CARGA	82	Carga de gás 45 kg (cota do item 04 - exclusivo ME)	R$ 426,00	R$ 34.932,00

O prazo de validade da proposta de preços é de **60 (sessenta) dias** a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de **microempresa**, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Assim, a proposta da recorrida **deve ser DESCLASSIFICADA**.

Nos termos da Lei nº 14.133/21 e do princípio da vinculação ao edital, a Administração;

- **Não pode relativizar exigências editalícias**
- **Deve inabilitar licitante que não atenda integralmente os requisitos**

III – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

A Administração Pública está estritamente vinculada às regras do edital, não podendo flexibilizá-las após a abertura do certame.

A manutenção da habilitação da recorrida **viola** a legalidade, a Isonomia e o julgamento objetivo.

IV – DO DIREITO DA RECORRENTE

A recorrente, **GÁS VALLE LTDA**, apresentou documentação regular e atende integralmente às exigências editalícias, estando apta à adjudicação do objeto.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. **O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo**;
2. A **DESCLASSIFICAÇÃO da proposta da recorrida**, pela ausência de indicação de marca, conforme item 10.1 do edital;
3. A consequente **reclassificação do certame**, com a convocação da próxima colocada;

4. Ao final, seja a empresa **GÁS VALLE LTDA declarada vencedora do certame**, por atender integralmente às exigências editalícias.

VI – REQUERIMENTOS FINAIS

Requer ainda que todas as decisões sejam devidamente fundamentadas, nos termos da Lei nº 14.133/21.

Termos em que,

Pede deferimento.

Curitiba, 18 de abril de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
ROBSONN ANGEL ALVES CARNEIRO
Data: 19/04/2026 00:07:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ROBSONN ANGEL ALVES CARNEIRO

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

À ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE PIÊN/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

RODRIGO S. ROCHA COMÉRCIO DE GÁS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.243.686/0001-56, neste ato representada pelo seu procurador **João Victor Rocha**, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar suas:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa Gás Valle Ltda, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DOS FATOS

A empresa recorrente sustenta que esta empresa deveria ser desclassificada do certame em razão da suposta ausência de indicação de marca na proposta apresentada.

Entretanto, tal alegação não merece prosperar, uma vez que não corresponde à realidade dos fatos ocorridos durante o certame.

II – DA INDICAÇÃO DA MARCA NO SISTEMA ELETRÔNICO

A informação referente à marca/modelo do produto foi devidamente preenchida por esta empresa no campo específico disponibilizado pela plataforma eletrônica da BNC no momento do cadastramento da proposta.

Portanto, a Administração Pública teve pleno acesso às informações exigidas para análise da proposta, inexistindo qualquer omissão por parte desta empresa.

A alegação da recorrente baseia-se exclusivamente no fato de a informação não constar repetidamente no documento complementar anexado, o que não configura irregularidade capaz de justificar desclassificação.

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

Para comprovação do alegado, segue anexo comprovante extraído da plataforma eletrônica demonstrando o preenchimento do campo referente à marca/modelo no momento do cadastramento da proposta

III – DO MODELO DE PROPOSTA PREVISTO NO EDITAL

Conforme consta expressamente na página 44 do edital, no Anexo IV – Proposta para Fornecimento, o modelo disponibilizado pela própria Administração prevê apenas os seguintes campos:

- Item
- Unidade
- Quantidade
- Descrição
- Valor Unitário
- Valor Total

Não há no referido modelo campo específico destinado à inserção de marca/modelo no documento escrito.

Dessa forma, esta empresa elaborou sua proposta em conformidade com o modelo oficial disponibilizado pela Administração.

IV – DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO CERTAME

Importante destacar que não houve qualquer prejuízo à Administração, à competitividade do certame ou ao julgamento objetivo das propostas.

A informação exigida estava disponível no sistema eletrônico e pôde ser devidamente analisada pela Administração.

A eventual desclassificação desta empresa por mera ausência de repetição de informação já registrada no sistema configuraria excesso de formalismo, contrariando os princípios da razoabilidade, competitividade e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
CNPJ: 14.243.686/0001-56
Endereço: Rua São Cristovão, nº 562 – Centro – Piên/PR – CEP: 83.860-000
Telefone: (41) 9201-9406
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com

V – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

a) o recebimento das presentes contrarrazões;

b) o indeferimento do recurso apresentado pela empresa Gás Valle Ltda;

c) a manutenção da classificação e habilitação da empresa Rodrigo S. Rocha Comércio de Gás como vencedora do certame.

Nestes termos,
Pede deferimento

Piên, PR, 28 de abril de 2026.

JOÃO VICTOR ROCHA
CPF: 138.879.649-00
Procurador da empresa RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° 24/2026
PROCESSO N° 2721/2026
TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

JULGAMENTO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: GÁS VALLE LTDA.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

I – DA ADMISSIBILIDADE

O recurso interposto pela empresa Gás Valle LTDA é tempestivo, uma vez que apresentado dentro do prazo legal previsto no edital e no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual deve ser conhecido.

As contrarrazões apresentadas pela empresa Rodrigo S. Rocha Comércio de Gás também são tempestivas e devem ser consideradas para o julgamento do mérito.

II – SÍNTESE DO RECURSO

A recorrente sustenta, em síntese, que a proposta da empresa vencedora deveria ser desclassificada por suposta omissão de marca, conforme solicitado em edital, além de alegada violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Requer, ao final, a desclassificação da proposta da recorrida e a convocação da licitante subsequente.

III – DA ANÁLISE DO MÉRITO

Após análise dos autos, do edital, do recurso e das contrarrazões, conclui-se que o recurso não merece provimento, pelos fundamentos a seguir expostos.

III.1 – DA INDICAÇÃO DA MARCA E MODELO

Verifica-se que a conforme exposto nas contrarrazões a recorrida anexou na plataforma de pregão eletrônico (BNC) a marca do produto, a qual é de acesso publico e todas as licitantes podem verificar, conforme imagem abaixo:

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 7 Unidade: UN Val. Ref.: 205,02

Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13

Autor	Marca/Modelo	Valor
RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	NACIONAL / (Casco) P13	205,00
GAS VALLE LTDA	LIQUIGÁS	205,02

LOTE 2

Item: 1 Quant.: 6 Unidade: UN Val. Ref.: 726,63

Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45

Autor	Marca/Modelo	Valor
RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	NACIONAL / (Casco) P45	726,0
GAS VALLE LTDA	LIQUIGÁS	726,63

LOTE 3

Item: 1 Quant.: 150 Unidade: UN Val. Ref.: 124,76

Descrição: CARGA DE GÁS 13 kg

Autor	Marca/Modelo	Valor
RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	NACIONAL / 13 kg	124,00
GAS VALLE LTDA	LIQUIGÁS	124,76

LOTE 4

Item: 1 Quant.: 248 Unidade: CG Val. Ref.: 426,76

Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Autor	Marca/Modelo	Valor
RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	NACIONAL / 45 KG	426,00
ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA	LIQUIGÁS	426,76

LOTE 5

Item: 1 Quant.: 82 Unidade: CG Val. Ref.: 426,76

Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (COTA DO ITEM 04, EXCLUSIVO ME)

Autor	Marca/Modelo	Valor
RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	NACIONAL / 45 KG	426,00
ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA	LIQUIGÁS	426,76

III.2 – DO FORMALISMO MODERADO

Ainda que se admitisse eventual ausência inicial de detalhamento (o que não se reconhece como vício material), tal situação configuraria falha meramente formal, sanável por diligência.

O próprio edital dispõe:

"O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proposta..."

Além disso, a Lei nº 14.133/2021 consagra o princípio da busca da proposta mais vantajosa e da mitigação do formalismo excessivo.

III.3 – DA INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO EDITAL

Não procede a alegação de descumprimento do item 15.3, alínea "d", do edital, que prevê a desclassificação de propostas incompletas.

No caso concreto:

• O objeto foi claramente identificado (marca e modelo);

Logo, não houve prejuízo à identificação do objeto, afastando a hipótese de desclassificação.

III.4 – DO INTERESSE PÚBLICO

A desclassificação da proposta da recorrida, diante de sua conformidade técnica e regularidade, implicaria afronta ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto na Lei nº 14.133/2021.

A atuação da Administração deve privilegiar o resultado útil do certame, e não o apego a formalidades que não comprometam a competição ou a isonomia.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **CONHEÇO** do recurso, por ser tempestivo, e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão da pregoeira que declarou vencedora a empresa Rodrigo S. Rocha Comércio de Gás.

V – DECISÃO

Encaminhem-se os autos à autoridade superior para decisão final, nos termos do art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Piên/PR, 29 de abril de 2026.

Thais Becker de Souza
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° 24/2026
PROCESSO N° 2127/2026
TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

DECISÃO DO PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE A RECURSO ADMINISTRATIVO

Eu, Maicon Grosskopf, na qualidade de Prefeito do município de Piên/PR, devidamente informado dos acontecimentos do Pregão eletrônico Nº 24/2026.

Considerando o recurso apresentado, bem como a decisão da Pregoeira.

Decido por acompanhar a decisão da pregoeira, concordando com a argumentação apresentada, bem como considerando que o edital foi atendido. Permanece o resultado do pregão, encaminho para que o pregão siga seu processo.

Piên/PR, 29 de abril de 2026.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000024/2026
Processo Administrativo Nº 00000000000000000095
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA
Data de Publicação: 06/04/2026 08:27:18

MOVIMENTOS DO PROCESSO

10/04/2026 10:55:20 **ESCLARECIMENTO REQUERIDO** COMPANHIA ULTRAGAZ S A (61.602.199/0232-44)
1 – Será aceito fornecimento via Vale-Gás?
2 – Sendo a filial a participante do pregão, em relação aos pagamentos, podem ser realizados no CNPJ da matriz?
3 – Qual o fornecedor atual do contrato?

13/04/2026 08:37:54 **RESPOSTA DE ESCLARECIMENTO** PREGOEIRO
Segue as respostas ao esclarecimento:1 – Será aceito fornecimento via Vale-Gás? RES: Não, devido a logística e cronograma de fornecimento torna-se inviável. 2 – Sendo a filial a participante do pregão, em relação aos pagamentos, podem ser realizados no CNPJ da matriz? RES: Não, a nota fiscal e pagamento serão realizados no CNPJ participante do certame e o qual irá assinar a ata de registro de preços. 3 – Qual o fornecedor atual do contrato? RES: Rocha Gás Distribuidora.

13/04/2026 11:15:29 **CADASTRO DE PROPOSTA** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

16/04/2026 10:47:01 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

16/04/2026 15:27:42 **CADASTRO DE PROPOSTA** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA

16/04/2026 15:38:43 **CADASTRO DE PROPOSTA** GAS VALLE LTDA

17/04/2026 06:24:00 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** GAS VALLE LTDA

17/04/2026 07:34:56 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA

17/04/2026 09:31:10 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Bom dia

17/04/2026 09:31:18 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Daremos inicio a disputa

17/04/2026 09:43:30 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Como a empresa ja enviou os documentos de habilitação, daremos inicio a analise da habilitação.

17/04/2026 09:43:54 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Sendo assim, retorno ás 10:30 h para manifestações recursais

17/04/2026 09:58:02 **MENSAGEM** PREGOEIRO
A empresa vencedora deverá enviar a proposta atualizada na aba documentos complementares.

17/04/2026 09:58:24 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.

17/04/2026 09:58:29 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O condutor alterou o horário limite para envio de documentos complementares para 17/04/2026 11:58:29

17/04/2026 10:16:32 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS adicionou o arquivo b8c40dbf4d254388bd74d4ae2dc55e67.pdf aos documentos complementares.

17/04/2026 10:30:51 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Após analise dos documentos, fica a empresa declarada habilitada.

17/04/2026 10:31:08 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Sendo assim, passamos para a fase de manifestação recursal.

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: NACIONAL Modelo: (Casco) P13
Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13
Quantidade: 7 **Valor Unit.:** 149,99 **Valor Total:** 1.049,93

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	133	14.243.686/0001-56	205,00	149,99		Sim
2	GAS VALLE LTDA	960	53.147.001/0001-20	205,02	150,00	0,01	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

06/04/2026 08:27:17 **PUBLICADO**

06/04/2026 09:00:00 **RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

17/04/2026 09:30:00 **AGUARDANDO DISPUTA**

17/04/2026 09:31:23 **DISPUTA**

17/04/2026 09:31:23 **LANCE** GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 960) **205,02**

17/04/2026 09:31:23 **LANCE** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 133) **205,00**

17/04/2026 09:35:17 **LANCE** GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 960) **200,00**

17/04/2026 09:35:40 **LANCE** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 133) **199,90**

17/04/2026 09:36:45 **LANCE** GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 960) **150,00**

17/04/2026 09:37:01 **LANCE** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 133) **149,99**

17/04/2026 09:41:23 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

17/04/2026 09:41:23 **JULGAMENTO**

17/04/2026 09:42:37 **HABILITAÇÃO**

17/04/2026 10:31:12 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

17/04/2026 10:33:28 **RECURSO MANIFESTADO** GAS VALLE LTDA

Manifesto a intenção de recurso, pois a empresa não atendeu de forma completa o edital tanto na habilitação quanto na proposta, demais razões serão postas na peça recursal dentro do prazo legal.

17/04/2026 11:01:12 **INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

20/04/2026 17:05:14 **ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO** GAS VALLE LTDA

Nome do arquivo: RECURSO GÁS VALLE PIEN.zip
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/appeals/f17b0b17783e4e38b35e6d09d04c5f79.zip)

20/04/2026 17:05:15 **RECURSO REGISTRADO** GAS VALLE LTDA

Em anexo peça recursal.

24/04/2026 00:00:02 **RECEPÇÃO DE CONTRARRAZÕES**

28/04/2026 11:20:57 **ARQUIVO DE CONTRA-RAZÃO ANEXADO** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE

Nome do arquivo: contrarazão assinada.pdf
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/counterparts/67cdf8378fb34389b740382dd97903e0.pdf)

28/04/2026 11:21:06 **ARQUIVO DE CONTRA-RAZÃO ANEXADO** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE

Nome do arquivo: doc04279720260428142555.pdf
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/counterparts/2f767cf95718494c891b80a90d71556e.pdf)

28/04/2026 11:21:15 **ARQUIVO DE CONTRA-RAZÃO ANEXADO** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE

Nome do arquivo: 01- CONTRATO SOCIAL E 1° ALTERAÇÃO.pdf
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/counterparts/3cdf8276c6004386a2efbf07185b22dc.pdf)

28/04/2026 11:21:17 **ARQUIVO DE CONTRA-RAZÃO ANEXADO** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE

Nome do arquivo: 02- Carta~o CNPJ.pdf
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/counterparts/933a208fbb9d45f096facb5c3511b0b8.pdf)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

28/04/2026 11:21:38 **ARQUIVO DE CONTRA-RAZÃO ANEXADO** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE
Nome do arquivo: 20- PROCURAÇAO.pdf
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/counterparts/e9dca55a86464fe5b37a45952ae6b2b0.pdf)

28/04/2026 11:22:18 **CONTRA-RAZÃO REGISTRADA** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
Encaminho as contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela empresa Gás Valle Ltda, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 024/2026, requerendo seu indeferimento e a manutenção da decisão de classificação e habilitação da empresa Rodrigo S. Rocha Comércio de Gás. Seguem anexos os documentos e comprovações pertinentes.

29/04/2026 00:00:00 **JULGAMENTO DE RECURSOS**

29/04/2026 14:15:08 **ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO** PREGOEIRO
Nome do arquivo: Colorido automático0053.pdf
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/appealjudgements/19306d90ddc543678bfec9c6d091ab6f.pdf)

29/04/2026 14:15:11 **RECURSO JULGADO** PREGOEIRO
Conforme anexo.

29/04/2026 14:16:53 **EM ADJUDICAÇÃO**

29/04/2026 14:18:20 **ADJUDICADO**

LOTE 2 - ADJUDICADO
Lote 2

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: NACIONAL Modelo: (Casco) P45
Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45
Quantidade: 6 **Valor Unit.:** 449,99 **Valor Total:** 2.699,94

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	084	14.243.686/0001-56	726,00	449,99		Sim
2	GAS VALLE LTDA	890	53.147.001/0001-20	726,63	450,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

06/04/2026 08:27:17	**PUBLICADO**		
06/04/2026 09:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
17/04/2026 09:30:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
17/04/2026 09:31:23	**DISPUTA**		
17/04/2026 09:31:23	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 084)	**726,00**
17/04/2026 09:31:23	**LANCE**	GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 890)	**726,63**
17/04/2026 09:35:22	**LANCE**	GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 890)	**700,00**
17/04/2026 09:35:51	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 084)	**699,90**
17/04/2026 09:36:51	**LANCE**	GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 890)	**600,00**
17/04/2026 09:37:10	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 084)	**599,99**
17/04/2026 09:38:15	**LANCE**	GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 890)	**500,00**
17/04/2026 09:38:25	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 084)	**499,99**
17/04/2026 09:38:48	**LANCE**	GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 890)	**450,00**
17/04/2026 09:38:58	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 084)	**449,99**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

17/04/2026 09:41:24 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

17/04/2026 09:41:24 **JULGAMENTO**

17/04/2026 09:42:37 **HABILITAÇÃO**

17/04/2026 10:31:12 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

17/04/2026 10:33:34 **RECURSO MANIFESTADO** GAS VALLE LTDA
Manifesto a intenção de recurso, pois a empresa não atendeu de forma completa o edital tanto na habilitação quanto na proposta, demais razões serão postas na peça recursal dentro do prazo legal.

17/04/2026 11:01:12 **INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

20/04/2026 17:05:25 **ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO** GAS VALLE LTDA
Nome do arquivo: RECURSO GÁS VALLE PIEN.zip
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/appeals/74467f76888748db9db853b1bbb340ff.zip)

20/04/2026 17:05:26 **RECURSO REGISTRADO** GAS VALLE LTDA
Em anexo peça recursal.

24/04/2026 00:00:15 **RECEPÇÃO DE CONTRARRAZÕES**

27/04/2026 15:53:12 **CONTRA-RAZÃO REGISTRADA** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS
Arquivo anexado.

29/04/2026 00:00:01 **JULGAMENTO DE RECURSOS**

29/04/2026 14:15:29 **ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO** PREGOEIRO
Nome do arquivo: Colorido automático0053.pdf
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/appealjudgements/aa5496aed88c42bc94b43ed23ab7ca53.pdf)

29/04/2026 14:15:30 **RECURSO JULGADO** PREGOEIRO
Conforme anexo.

29/04/2026 14:16:56 **EM ADJUDICAÇÃO**

29/04/2026 14:18:20 **ADJUDICADO**

LOTE 3 - ADJUDICADO
Lote 3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: NACIONAL Modelo: 13 kg
Descrição: CARGA DE GÁS 13 kg
Quantidade: 150 **Valor Unit.:** 104,99 **Valor Total:** 15.748,5(

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	358	14.243.686/0001-56	124,00	104,99		Sim
2	GAS VALLE LTDA	228	53.147.001/0001-20	124,76	105,00	0,01	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

06/04/2026 08:27:17 **PUBLICADO**

06/04/2026 09:00:00 **RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

17/04/2026 09:30:00 **AGUARDANDO DISPUTA**

17/04/2026 09:31:24 **DISPUTA**

17/04/2026 09:31:24 **LANCE** GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 228) **124,76**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

17/04/2026 09:31:24	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 358)	**124,00**
17/04/2026 09:35:27	**LANCE**	GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 228)	**120,00**
17/04/2026 09:36:01	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 358)	**119,90**
17/04/2026 09:37:02	**LANCE**	GAS VALLE LTDA (PARTICIPANTE 228)	**105,00**
17/04/2026 09:37:19	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 358)	**104,99**

17/04/2026 09:41:24 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

17/04/2026 09:41:24 **JULGAMENTO**

17/04/2026 09:42:37 **HABILITAÇÃO**

17/04/2026 10:31:12 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

17/04/2026 10:33:39 **RECURSO MANIFESTADO** GAS VALLE LTDA
Manifesto a intenção de recurso, pois a empresa não atendeu de forma completa o edital tanto na habilitação quanto na proposta, demais razões serão postas na peça recursal dentro do prazo legal.

17/04/2026 11:01:14 **INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

20/04/2026 17:05:37 **ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO** GAS VALLE LTDA
Nome do arquivo: RECURSO GÁS VALLE PIEN.zip
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/appeals/d24883d7f4a34a1ca4d0cff3d468796d.zip)

20/04/2026 17:05:38 **RECURSO REGISTRADO** GAS VALLE LTDA
Em anexo peça recursal.

24/04/2026 00:00:03 **RECEPÇÃO DE CONTRARRAZÕES**

29/04/2026 00:00:01 **JULGAMENTO DE RECURSOS**

29/04/2026 14:15:44 **ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO** PREGOEIRO
Nome do arquivo: Colorido automático0053.pdf
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/appealjudgements/8365e0005957492fa56019c07cf74f24.pdf)

29/04/2026 14:15:46 **RECURSO JULGADO** PREGOEIRO
Conforme anexo.

29/04/2026 14:16:58 **EM ADJUDICAÇÃO**

29/04/2026 14:18:21 **ADJUDICADO**

LOTE 4 - ADJUDICADO
Lote 4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: CG Marca: NACIONAL Modelo: 45 KG
Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (AMPLA CONCORRÊNCIA)
Quantidade: 248 **Valor Unit.:** 319,99 **Valor Total:** 79.357,52

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	594	14.243.686/0001-56	426,00	319,99		Sim
2	ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA	147	07.195.471/0001-41	426,76	320,00	0,00	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

06/04/2026 08:27:17 **PUBLICADO**

06/04/2026 09:00:00 **RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

17/04/2026 09:30:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
17/04/2026 09:31:24	**DISPUTA**		
17/04/2026 09:31:24	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 594)	**426,00**
17/04/2026 09:31:24	**LANCE**	ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA (PARTICIPANTE 147)	**426,76**
17/04/2026 09:34:42	**LANCE**	ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA (PARTICIPANTE 147)	**404,00**
17/04/2026 09:35:07	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 594)	**403,90**
17/04/2026 09:37:55	**LANCE**	ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA (PARTICIPANTE 147)	**380,00**
17/04/2026 09:38:07	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 594)	**379,99**
17/04/2026 09:38:29	**LANCE**	ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA (PARTICIPANTE 147)	**320,00**
17/04/2026 09:38:39	**LANCE**	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 594)	**319,99**

17/04/2026 09:41:24 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS

17/04/2026 09:41:24 **JULGAMENTO**

17/04/2026 09:42:37 **HABILITAÇÃO**

17/04/2026 10:31:13 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

17/04/2026 10:34:01 **RECURSO MANIFESTADO** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA
Manifesto a intenção de recurso, pois a empresa não atendeu de forma completa o edital tanto na habilitação quanto na proposta, demais razões serão postas na peça recursal dentro do prazo legal.

17/04/2026 11:01:14 **INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

20/04/2026 17:02:30 **ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA
Nome do arquivo: RECURSO PIEN ASPENN.zip
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/appeals/8323195850f84ef9b83a2d4340dbe6b8.zip)

20/04/2026 17:02:33 **RECURSO REGISTRADO** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA
Em anexo peça recursal.

24/04/2026 00:00:01 **RECEPÇÃO DE CONTRARRAZÕES**

29/04/2026 00:00:00 **JULGAMENTO DE RECURSOS**

29/04/2026 14:17:12 **ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO** PREGOEIRO
Nome do arquivo: Colorido automático0053.pdf
(https://bnccompras.blob.core.windows.net/appealjudgements/2543427ba18a4f1e91881b33d6a9bd89.pdf)

29/04/2026 14:17:14 **RECURSO JULGADO** PREGOEIRO
Conforme anexo.

29/04/2026 14:17:28 **EM ADJUDICAÇÃO**

29/04/2026 14:18:21 **ADJUDICADO**

LOTE 5 - ADJUDICADO
Lote 5

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: CG Marca: NACIONAL Modelo: 45 KG
Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (COTA DO ITEM 04, EXCLUSIVO ME)
Quantidade: 82 **Valor Unit.:** 319,99 **Valor Total:** 26.239,18

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	413	14.243.686/0001-56	426,00	319,99		Sim
2	ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA	476	07.195.471/0001-41	426,76	320,00	0,00	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

06/04/2026 08:27:17	**PUBLICADO**		
06/04/2026 09:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
17/04/2026 09:30:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
17/04/2026 09:31:24	**DISPUTA**		
17/04/2026 09:31:24	**LANCE** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 413)		**426,00**
17/04/2026 09:31:24	**LANCE** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA (PARTICIPANTE 476)		**426,76**
17/04/2026 09:34:52	**LANCE** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA (PARTICIPANTE 476)		**404,00**
17/04/2026 09:35:24	**LANCE** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 413)		**403,90**
17/04/2026 09:37:59	**LANCE** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA (PARTICIPANTE 476)		**380,00**
17/04/2026 09:38:15	**LANCE** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 413)		**379,99**
17/04/2026 09:38:33	**LANCE** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA (PARTICIPANTE 476)		**320,00**
17/04/2026 09:38:46	**LANCE** RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS (PARTICIPANTE 413)		**319,99**
17/04/2026 09:41:24	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS			
17/04/2026 09:41:24	**JULGAMENTO**		
17/04/2026 09:42:38	**HABILITAÇÃO**		
17/04/2026 10:31:13	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
17/04/2026 10:34:08	**RECURSO MANIFESTADO** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA		
Manifesto a intenção de recurso, pois a empresa não atendeu de forma completa o edital tanto na habilitação quanto na proposta, demais razões serão postas na peça recursal dentro do prazo legal.			
17/04/2026 11:01:14	**INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**		
20/04/2026 17:02:46	**ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA		
Nome do arquivo: RECURSO PIEN ASPENN.zip (https://bnccompras.blob.core.windows.net/appeals/a131286fc6bc4b87a839299b0f730e02.zip)			
20/04/2026 17:02:50	**RECURSO REGISTRADO** ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA		
Em anexo peça recursal.			
24/04/2026 00:00:02	**RECEPÇÃO DE CONTRARRAZÕES**		
29/04/2026 00:00:00	**JULGAMENTO DE RECURSOS**		
29/04/2026 14:16:45	**RECURSO JULGADO** PREGOEIRO		
Conforme anexo.			
29/04/2026 14:16:46	**ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO** PREGOEIRO		
Nome do arquivo: Colorido automático0053.pdf (https://bnccompras.blob.core.windows.net/appealjudgements/3108d8dafb9749a8915fa64eda2ac4f3.pdf)			
29/04/2026 14:17:20	**EM ADJUDICAÇÃO**		
29/04/2026 14:18:21	**ADJUDICADO**		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA

APOIO/MEMBRO BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS

APOIO/MEMBRO IGOR ELIAS TELMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000024/2026
Processo Administrativo Nº 00000000000000000095
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA
Data de Publicação: 06/04/2026 08:27:18

TOTAL DO PROCESSO: **125.095,07**

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS **14.243.686/0001-56** **125.095,07**

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 133	Lance: 149,99	**Total: 1.049,93**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: NACIONAL	Modelo: (Casco) P13	
Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13				
Quantidade: 7	Val. Ref.: 205,02	**Valor Unit.: 149,99**		Total Item: 1.049,93
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 084	Lance: 449,99	**Total: 2.699,94**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: NACIONAL	Modelo: (Casco) P45	
Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45				
Quantidade: 6	Val. Ref.: 726,63	**Valor Unit.: 449,99**		Total Item: 2.699,94
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 358	Lance: 104,99	**Total: 15.748,50**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: NACIONAL	Modelo: 13 kg	
Descrição: CARGA DE GÁS 13 kg				
Quantidade: 150	Val. Ref.: 124,76	**Valor Unit.: 104,99**		Total Item: 15.748,50
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 594	Lance: 319,99	**Total: 79.357,52**
Item: 1	Unidade: CG	Marca: NACIONAL	Modelo: 45 KG	
Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (AMPLA CONCORRÊNCIA)				
Quantidade: 248	Val. Ref.: 426,76	**Valor Unit.: 319,99**		Total Item: 79.357,52
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 413	Lance: 319,99	**Total: 26.239,18**
Item: 1	Unidade: CG	Marca: NACIONAL	Modelo: 45 KG	
Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (COTA DO ITEM 04, EXCLUSIVO ME)				
Quantidade: 82	Val. Ref.: 426,76	**Valor Unit.: 319,99**		Total Item: 26.239,18

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA

APOIO/MEMBRO BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS

APOIO/MEMBRO IGOR ELIAS TELMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000024/2026
Processo Administrativo Nº 00000000000000000095
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA
Data de Publicação: 06/04/2026 08:27:18

LOTE 1 - ADJUDICADO - 29/04/2026 14:18:20
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: NACIONAL Modelo: (Casco) P13
Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13
Quantidade: 7 **Valor Unit.:** 149,99 **Valor Total:** 1.049,93

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	133	14.243.686/0001-56	205,00	149,99		Sim
2	GAS VALLE LTDA	960	53.147.001/0001-20	205,02	150,00	0,01	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 2 - ADJUDICADO - 29/04/2026 14:18:20
Lote 2

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: NACIONAL Modelo: (Casco) P45
Descrição: BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45
Quantidade: 6 **Valor Unit.:** 449,99 **Valor Total:** 2.699,94

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	084	14.243.686/0001-56	726,00	449,99		Sim
2	GAS VALLE LTDA	890	53.147.001/0001-20	726,63	450,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 3 - ADJUDICADO - 29/04/2026 14:18:21
Lote 3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

Item: 1 Unidade: UN Marca: NACIONAL Modelo: 13 kg
Descrição: CARGA DE GÁS 13 kg
Quantidade: 150 **Valor Unit.:** 104,99 **Valor Total:** 15.748,50

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	358	14.243.686/0001-56	124,00	104,99		Sim
2	GAS VALLE LTDA	228	53.147.001/0001-20	124,76	105,00	0,01	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 4 - ADJUDICADO - 29/04/2026 14:18:21
Lote 4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: CG Marca: NACIONAL Modelo: 45 KG
Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (AMPLA CONCORRÊNCIA)
Quantidade: 248 **Valor Unit.:** 319,99 **Valor Total:** 79.357,52

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	594	14.243.686/0001-56	426,00	319,99		Sim
2	ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA	147	07.195.471/0001-41	426,76	320,00	0,00	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 5 - ADJUDICADO - 29/04/2026 14:18:21
Lote 5

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: CG Marca: NACIONAL Modelo: 45 KG
Descrição: CARGA DE GÁS de 45 KG (COTA DO ITEM 04, EXCLUSIVO ME)
Quantidade: 82 **Valor Unit.:** 319,99 **Valor Total:** 26.239,18

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS	413	14.243.686/0001-56	426,00	319,99		Sim
2	ASPENN - COMERCIO DE GAS LTDA	476	07.195.471/0001-41	426,76	320,00	0,00	Não

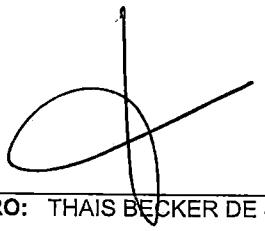
DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR



PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA

149

Protocolo Nº 2721/2026

Requerente: Licitações e compras.

Requisitante: Secretarias Municipais

Objetivo: Homologação de licitação.

Ao Jurídico,

Encaminho ao departamento, os documentos de habilitação, ata da disputa e demais documentos juntados neste processo para verificação e parecer para homologação, considerando que houve recursos e foram respondidos.

Piên, 29 de abril de 2026.

Thais Becker de Souza
Licitações e compras

PIÊN
PREFEITURA
PROCURADORIA
JURÍDICA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 2721/2026
Objeto: "registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás".
Modalidade: Pregão eletrônico nº 024/2026
Requerente: Secretarias Municipais

Parecer Jurídico

1. Relatório

Apresenta-se para parecer derradeiro desta procuradoria jurídica, o processo licitatório na modalidade **pregão na forma eletrônica nº 024/2026**, cujo objeto é "registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás", conforme requerimento da secretaria municipal, estudo técnico preliminar, termo de referência, declaração de existência de dotação orçamentária e recursos financeiros.

O Decreto de n.º 290/2025 efetuou a nomeação da Pregoeira e Equipe de Apoio e, na fase externa, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame.

Realizado a sessão do pregão na forma eletrônica em 17 de abril de 2026, através da plataforma BNC, conforme ata anexada.

Houve apresentação de recurso, o qual foi devidamente apreciado e julgado pela Pregoeira, a quem compete a condução do certame licitatório, a tomada de decisões e o impulso do procedimento, nos termos do artigo 8º da Lei nº 14.133/2021. Posteriormente, o feito foi submetido à autoridade competente para fins de homologação, na forma da legislação aplicável.

Recebo o processo para análise de cumprimento de requisitos legais.

2. Parecer Jurídico

Inicialmente vislumbramos que a modalidade licitatória utilizada no presente processo pela Comissão de Licitações é a mesma que foi orientada no parecer jurídico.

Vislumbra-se o atendimento à obrigatoriedade da publicação de aviso do certame licitatório em Diário Oficial, igualmente, houve ainda a obediência ao prazo mínimo de publicação entre a disponibilização do edital e a abertura do certame (mínimo de 08 dias úteis, como estabelecido na alínea "a", inciso I do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

Ademais, cumpre ressaltar que, cabe tão somente a Comissão de Licitações a condução do procedimento licitatório em todos os seus atos, tendo os seus membros a responsabilidade de

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e análise de certidões quanto a veracidade e vigência.

Também compete à Comissão de Licitações o julgamento das propostas conforme a regra do edital de convocação, a verificação da adequação do preço ao valor praticado no mercado, o registro de todos os acontecimentos em ata, a desclassificação de propostas desconformes ou incompatíveis, bem como, coibir qualquer conduta antijurídica ou ilegal no processo, conforme o art. 8 da Lei 14.133/2021, podendo a qualquer tempo realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar o processo.

Nessa linha, houve apresentação de recurso, devidamente apreciado e decidido pela Pregoeira, a quem incumbe a condução do certame e a prática dos atos decisórios, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Não tendo os licitantes noticiado qualquer irregularidade no curso do procedimento, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do feito, podendo os autos ser encaminhados à autoridade competente para os atos de adjudicação e homologação.

Recomendo, apenas, a fiscalização designada para acompanhar os trabalhos contratados que se atente para o recebimento dos itens conforme dispõe o edital de licitação, a fim de cumprir com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

No que tangencia a emissão de parecer proferido por advogado no processo administrativo, cabe destacar que possui natureza apenas opinativa, verdadeiro controle preventivo de legalidade, sendo o Administrador/gestor, destinatário da consulta jurídica, responsável pela edição do ato decisório final.

É o parecer. S.M.J

Piên, 30 de abril de 2026.

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 024/2026**, o qual tem como objeto a "Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 14.243.686/0001-56, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 125.095,07 (cento e vinte e cinco mil e noventa e cinco reais e sete centavos).

Piên/PR, 04 de maio de 2026.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

RESOLVE:
Convocar o (a) candidato (a) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **05 maio de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Professor temporário

Classificação	Nome do Candidato
9º	MARIA APARECIDA MEISTER DE OLIVEIRA

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 05 de maio de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:16312A21

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 028/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

TESTE SELETIVO Nº 01/2024
PRAZO DETERMINADO – Lei nº 965/2007 e Lei 1198/2014

EDITAL 028/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2024 - Edital nº 001/2024, homologado pelo Edital 014.1/2024 de 27 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Convocar os (as) candidatos (as) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **05 de maio de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Técnico em Enfermagem – Segunda Chamada

Classificação	Nome do Candidato
04º	DEISE FARIAS MICHEWSKI TEIXEIRA

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 05de maio de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:E31B5B0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 024/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 024/2026**, o qual tem como objeto a "Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 14.243.686/0001-56, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 125.095,07 (cento e vinte e cinco mil e noventa e cinco reais e sete centavos).

153

Piên/PR, 04 de maio de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:4A8A360E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 070/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 070/2026

PROTOCOLO: 2986/2026

Objeto: Pagamento de 02 (duas) inscrições para participar do 26º ENCONTRO DO CONGEMAS – REGIONAL SUL, a realizar de 13 a 14 de maio de 2026, na Cidade de Foz do Iguaçu.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: SE7E ASSESSORIA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA
CNPJ: 65.705.059/0001-20
VALOR: R$ 630,00 (Seiscentos e trinta reais)

AUTORIZAÇÃO 04/05/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:160B0106

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 1634, DE 04 DE MAIO DE 2026

LEI Nº 1.634, DE 04 DE MAIO DE 2026.

Origem: Projeto de Lei nº 019/2026

DENOMINA VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada **Rua São Cristóvão**,o trecho de 684,46 metros, com as seguintes coordenadas: ponto inicial UTM 7112672.14m S e 657315.03 m E, e ponto final UTM 7112617.73m S e 657013.10m E; no azimute de 80°12'09", situada no Centro.

Art. 2º Fica denominada **Rua João Pessoa**, o trecho de 175,57 metros, com as seguintes coordenadas: ponto inicial UTM 7112752.32 m S e 657300.69 m E; e ponto final UTM 7112673.14 m S e 657310.56 m E; no azimute de 90°40'20", situada no Centro.

Art. 3º Fica denominada **Rua Arlindo Machado**, o trecho de 358,33 metros, com as seguintes coordenadas: ponto inicial 7112810.96 m S e 657470.89 m E; e ponto final UTM 7112766.21 m S e 657307.01 m E; no azimute de 81°02'50", situada no Centro.

Art. 4º Fica denominada **Rua Cotia,**o trecho de 200,16 metros, com as seguintes coordenadas: ponto inicial UTM 7112033.46 m S e 657695.02 m E; e ponto final UTM 7112022.99 m S e 657771.47 m E; situada no Centro.

Art. 5º Fica denominada **Estrada Antônio Friedrich**, o trecho de 1.304,00 metros, com as seguintes coordenadas: ponto inicial -

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026
PROTOCOLO 2721/2026

No dia cinco de maio do ano de dois mil e vinte e seis, autorizado pelo **PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.6660001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maicon Grosskopf**, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pelo Procurador Jurídico do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR e em conjunto com a Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, inscrita no CPF sob nº 034.xxx.049-xx e o DETENTOR DA ATA **RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GÁS** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 14.243.686/0001-56, com endereço à Rua São Cristóvão, 562, Galpão 1, Centro em Piên/PR, CEP: 83860-000, telefone: (41) 99201-9406, e-mail: rochajoaovictor0808@gmail.com; neste ato representado por João Victor Rocha (por procuração), inscrito (a) no CPF sob nº. 138.xxx.649-xx.

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. O valor total estimado da ata é de R$ 125.095,07 (cento e vinte e cinco mil e noventa e cinco reais e sete centavos).

1.4. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ata de registro, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado.

2. DA ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

2.1. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive, na forma descrita no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026.**

2.2. Os materiais deverão ser entregues no endereço indicado na nota de empenho pela secretaria solicitante no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

2.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.

2.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.6. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.8. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

2.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3. DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega dos bens nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia ou validade;
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;
d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
i) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.
j) Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;
k) Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.
l) E indispensável que para a prestação do serviço sejam rigorosamente observados os requisitos de pontualidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia, mantendo durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas na licitacao

3.2. A Contratante obriga-se a:
a) Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
d) Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;
e) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
f) Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;
g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
h) Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços.

4. DA FISCALIZAÇÃO:

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL	Larissa do Carmo Honório/ CRAS Leticia Inez Schroth Gabardo
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Patrick Zanqueta Pacheco
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cláudia Knopick Lisboa
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Daiane dos Santos

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
SECRETARIA DE GOVERNO	Maikeli Senn
SECRETARIA DE SAÚDE	Marina do Carmo Stracke de Lima
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Suelen Surek
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Esdras Rya Rocha Cruz

4.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

4.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

4.9. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dosfuncionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.11. O fiscal do contrato ou ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5. DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

5.1. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

5.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

5.6. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

5.7. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

5.8. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

6. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que comprovado a vantajosidade, conforme Lei 14.133/21.

6.2 Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento estimativo que fundamentou a presente contratação.

6.2.1 O reajuste somente poderá ser aplicado após o decurso do prazo mínimo de um ano, contado da data-base referida, vedada qualquer atualização monetária ou reajuste antes desse período.

6.2.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, o reajuste será aplicado com base no índice INPC, observando-se os critérios, fórmulas e periodicidade ali estabelecidos.

6.2.3. Considera-se data-base do orçamento estimativo a data em que foi elaborado o documento que serviu de base para a formação do preço de referência pela Administração.

6.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.
II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados;

6.4. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

6.5. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.

6.6. Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

6.7. Comprovado a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definido novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art 130 e 134 lei 14133)

6.8. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE PIÊN – PR não será obrigado a firmar as aquisições/contratações que dela poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento dos itens/execução dos serviços em igualdade de condições, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O reequilíbrio será realizado por apostilamento.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.001.04.122.0003.2004.3.3.90.30.07.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	06.001.23.691.0007.2014.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	08.001.12.361.0009.2020.3.3.90.30.07.00 08.001.12.365.0009.2022.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	09.001.13.392.0010.2024.3.3.90.30.07.00 09.002.27.812.0011.2025.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.001.08.243.0013.2027.3.3.90.30.07.00 10.001.08.244.0012.2028.3.3.90.30.07.00 10.002.06.182.0012.2030.3.3.90.30.07.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11.001.10.301.0014.2034.3.3.90.30.07.00

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) deixar de entregar a documentação exigido originalmente no certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" do item 8.1 dessa ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 8.1 dessa ata, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:
I – **Moratória:**
a) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite de 10 (dez) dias;
b) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite máximo de 20 (vinte) dias, e pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
c) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, e pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.
II – **Compensatória:**
a) Para a infração descrita na alínea "a" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.
b) Para a infração descrita na alínea "b" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.
c) Para a infração descrita na alínea "c" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.
d) Para a infração descrita na alínea "d" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da Ata de Registro de Preços.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que comprovadas e justificadas, nas hipóteses previstas nos art 28 e 29 do decreto federal 11.462/23.

9.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, será formalizado pela autoridade competente, mediante registro em termo de cancelamento/revogação.

9.3. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

9.4. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026**.

11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

13. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado bem como também cumprir todas as obrigações do termo de referência do **Pregão Eletrônico 024/2026**.

Piên/PR, 05 de maio de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito
Órgão Gerenciador

RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GÁS
Detentor da Ata de Registro de Preços

WAGNER ALBUQUERQUE
Procuradoria Jurídica
OAB/PR nº 132.993

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº 143/2026

Testemunhas:
Nome: Patrick Zanqueta Pacheco Assinatura:

Nome: Daiane dos Santos Assinatura:

Item	Produto/Serviço	UN	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 11074-4 RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE ...			CNPJ: 14.243.686/0001-56		Telefone: 4187894287		Status: Classificado		
Email: rochajoaovictor0808@gmail.com									
Representante: 49110-2 JOÃO VICTOR ROCHA								125.095,07	
Lote 1								**1.049,93**	
1	14927 BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P13	UN	7.0000	Classificado	NACIONAL	(Casco) P13	149,9900	1.049,93	*
Lote 2								**2.699,94**	
1	14928 BOTIJÃO DE GÁS (Casco) P45	UN	6.0000	Classificado	NACIONAL	(Casco) P45	449,9900	2.699,94	*
Lote 3								**15.748,50**	
1	29635 CARGA DE GÁS 13 kg	UN	150.0000	Classificado	NACIONAL	13 kg	104,9900	15.748,50	*
Lote 4								**79.357,52**	
1	27169 CARGA DE GÁS de 45 KG (AMPLA CONCORRÊNCIA)	CG	248.0000	Classificado	NACIONAL	45 KG	319,9900	79.357,52	*
Lote 5								**26.239,18**	
1	27170 CARGA DE GÁS de 45 KG (COTA DO ITEM 04, EXCLUSIVO ME)	CG	82.0000	Classificado	NACIONAL	45 KG	319,9900	26.239,18	*

VALOR TOTAL: 125.095,07

13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Assistente Administrativo

Classificação	Nome do Candidato
35º	OZIEL FERREIRA

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 07 de maio de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:8E0CCAD7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 029/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

TESTE SELETIVO Nº 01/2024
PRAZO DETERMINADO – Lei nº 965/2007 e Lei 1198/2014

EDITAL 029/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2024 - Edital nº 001/2024, homologado pelo Edital 014.1/2024 de 27 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Convocar os (as) candidatos (as) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **07 de maio de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Técnico em Enfermagem – Segunda Chamada

Classificação	Nome do Candidato
05º	BARBARA PRISCILA ARBIGAUS BRITO

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 07 de maio de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:8C7EDDA8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA 147/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 024/2026
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de cascos e recargas de gás P13 e P45, para as Secretarias Municipais.

Ata nº 100/2026 - RODRIGO S. ROCHA COMERCIO DE GAS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 14.243.686/0001-56, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 125.095,07 (cento e vinte e cinco mil e noventa e cinco reais e sete centavos).

Fiscal Administrativo:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL	Larissa do Carmo Honório/ CRAS Leticia Inez Schroth Gabardo
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Patrick Zanqueta Pacheco
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cláudia Knopick Lisboa
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Daiane dos Santos
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
SECRETARIA DE GOVERNO	Maikeli Senn
SECRETARIA DE SAÚDE	Marina do Carmo Stracke de Lima
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Suelen Surek
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Esdras Rya Rocha Cruz

Prazo de Vigência: 12 (Doze) meses a partir da publicação, podendo ser prorrogado conforme Lei 14.133/2021.

Data de assinatura: 05 de maio de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:FB3FCF68

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 141/2026 E 146/2026

EXTRATO DE ATAS

ATAS 141/2026 e 146/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 025/2026
Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de divisórias, persianas, serviços de montagem e desmontagem de divisórias, serviços de reparos e lavação de persianas, em atendimento as Secretarias Municipais.

Ata nº 141/2026 - BRASUL COMERCIO LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 49.574.772/0001-26, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 19.137,80 (dezenove mil e cento e trinta e sete reais e oitenta centavos).
Ata nº 142/2026 - DRYWALL PRO SOLUÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 54.695.409/0001-07, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).
Ata nº 143/2026 - INDÚSTRIAS OXFORD LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 52.414.096/0001-38, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 32.835,00 (trinta e dois mil e oitocentos e trinta e cinco reais).
Ata nº 144/2026 - LOFTYFLEX PERSIANAS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 18.900.026/0001-51, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais).
Ata nº 145/2026 - MATHEUS ALVES COELHO LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 32.604.161/0001-80, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais).
Ata nº 146/2026 - ROTA-10 COMERCIO E SERVICOS LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 14.120.503/0001-05, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 170.048,00 (cento e setenta mil e quarenta e oito reais).

Fiscal Administrativo: Conforme portaria

Prazo de Vigência: 12 (Doze) meses a partir da publicação podendo ser prorrogado

Data de assinatura: 04 de maio de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações